

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - IMES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

NANCY ITOMI YAMAUCHI

**CONSCIÊNCIA REGIONAL NO GRANDE ABC SOB A ÓTICA DA
*GROUNDING THEORY***

São Caetano do Sul

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Yamauchi, Nancy Itomi.

Consciência regional no Grande ABC sob a ótica da *Grounded Theory*
/ Nancy Itomi Yamauchi – São Caetano do Sul, SP: 2006.

100 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Gil.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

1. Gestão da Regionalidade. 2. Consciência regional. I. Gil, Antonio Carlos. II. Dissertação (Mestrado) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. III. Título.

CDU

NANCY ITOMI YAMAUCHI

**CONSCIÊNCIA REGIONAL NO GRANDE ABC SOB A ÓTICA DA
*GROUNDNED THEORY***

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração
Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações

Orientador: Professor Doutor Antonio Carlos Gil

São Caetano do Sul

2006

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – IMES
Campus II – Rua Santo Antonio, 50 – São Caetano do Sul (SP)

Reitor: Prof. Dr. Laércio Baptista da Silva

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa: Prof. Dr. René Henrique Götz Licht

Coordenador do Programa de Mestrado em Administração: Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Dissertação defendida e aprovada em 17/11/2006 pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Antonio Carlos Gil (Orientador)

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Profa. Dra. Sandra Lencioni

Universidade de São Paulo

Aos meus pais,
Por terem me ensinado o valor do estudo.
Ao Clercio e ao Victor,
Pelo amor incondicional e pela alegria da convivência.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Carlos Gil, por quem tenho imensa admiração e carinho. Seu constante estímulo, apoio emocional e intelectual me fizeram crer que conseguiria alcançar meus objetivos. Com você aprendi que a arte de educar é acima de tudo, acreditar no potencial das pessoas.

Agradeço também a todos os docentes o Programa de Mestrado em Administração do IMES, por compartilhar seu conhecimento e experiência, em especial à Profa. Dra. Priscilla Perazzo e ao Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti pela colaboração e incentivo para a realização desta pesquisa.

Agradeço às secretárias do Departamento de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração do IMES, Marlene Forestieri de Melo, Ana Maria Nóbrega Cury e Neuza Aparecida Marques pelo carinho, presteza e atenção.

A todos os colegas discentes do Programa de Mestrado em Administração do IMES que compartilharam desta trajetória, em especial à Silvia Cristina da Silva, Letícia Martinet Martone, Edson Coutinho da Silva e George Henry Millard pela amizade, preocupação e cooperação durante o curso, principalmente nas fases mais difíceis.

Agradeço imensamente a todos os participantes que concederam seu tempo precioso para a realização das entrevistas desta pesquisa.

Aos amigos que compreenderam minha ausência no período de elaboração do relatório final deste estudo, em especial à Helen Benito Scapolan Petrolino e Alexandre Petrolino, pela solidariedade, carinho e apoio.

Ao amigo Marcelo Chanes pela amizade e pelas *grounded* conversas que me ajudaram a organizar pensamentos, diminuir angústias e ansiedades e clarear os caminhos em busca do conhecimento.

Às amigas da Inova e Paramédica, em especial à Cibele Munhoz, pela compreensão e permissão para que me ausentasse durante as etapas finais deste projeto.

A minha família, em especial à minha mãe Thereza Kuba Yamauchi pela dedicação de sempre e à minha sogra, Cleide de Souza Gonçalves por ter ajudado a manter-me informada com revistas e jornais regionais no período do estudo.

E finalmente, a Clercio Gonçalves e Victor Yamauchi Gonçalves por me apoiar e entender o quanto este projeto era importante para mim. Poder contar com seu apoio, amor e compreensão foi fundamental para a realização deste sonho.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Domínios cognitivo e afetivo da Taxonomia de Bloom	82
Quadro 2 – Comparação entre a Teoria CISR e a Taxonomia de Bloom	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelos de processo de pesquisa e teoria	46
Figura 2 – O modelo de construção de conceitos e indicadores.....	55
Figura 3 – Fatores relacionados ao interesse e motivação para apreensão do conhecimento regional	64
Figura 4 – Categoria central e conceitos teóricos integrados.....	67

SUMÁRIO

1 Introdução	12
1.1 Origem do estudo	12
1.2 Justificativa do estudo.....	13
1.3 Problematização	13
1.4 Objetivos	14
1.5 Delimitação do estudo.....	14
1.6 Vinculação à Linha de Pesquisa	15
2 Revisão da literatura	16
2.1 Introdução	16
2.2 O processo de regionalização e suas diferentes concepções	
2.2.1 Síntese do pensamento regional ao longo da História.....	16
2.2.2 A região nos tempos atuais – o Novo Regionalismo.....	20
2.2.3 O construcionismo social e os estudos regionais	22
2.2.4 O ator social e a participação no contexto regional	25
2.2.5 O regionalismo no Grande ABC	27
2.3 A consciência regional na literatura	
2.3.1 Como o termo “consciência regional” tem sido citado	31
2.3.2 Em busca de uma definição para consciência regional	35
3 Metodologia	38
3.1 A escolha do paradigma de pesquisa	38
3.2 O método na <i>Grounded Theory</i>	42
3.3 Os princípios da <i>Grounded Theory</i>	43
3.4 Os procedimentos para a coleta de dados e amostragem.....	46
3.5 Procedimentos de análise.....	50
4 Resultados	62
4.1 A teoria substantiva “COMPREENDENDO A INTERAÇÃO SINÉRGICA REGIONAL” e seus componentes.....	66

4.2 Tendo interesse e motivação	68
4.3 Adquirindo conhecimento regional	68
4.4 Aprendendo e entendendo a região.....	72
4.5 Identificando-se e valorizando a região.....	73
4.6 Participando da sociedade regional	75
4.7 Ampliando a consciência política e regional	76
4.8 Amadurecendo a visão crítica regional	78
4.9 Adotando a região como valor pessoal	78
5 Discussão	79
5.1 Introdução	79
5.2 Comparação entre a teoria encontrada e a literatura.....	80
5.3 Similaridades com a Taxonomia dos Objetivos Educacionais de Bloom	81
5.4 Análise comparativa entre a Teoria CISR e o Construcionismo Social	83
5.5 Revendo o conceito de consciência regional	86
6 Conclusão	88
Referências	92

RESUMO

O Novo Regionalismo vem despertando interesse em escala mundial a partir da década de 1980 e o conceito “consciência regional” vem sendo utilizado em literatura nacional e internacional como importante base para novos modelos de desenvolvimento. Este estudo foi realizado com o propósito de trazer uma contribuição para um melhor entendimento sobre o fenômeno da consciência regional, através da utilização da *Grounded Theory*, um método adequado aos propósitos e ao objeto desta pesquisa. Verificou-se que atores locais percebem a Região do Grande ABC, uma região socialmente construída, de três formas. No nível inferior de consciência regional, o indivíduo apresenta conhecimento mínimo sobre o conjunto da região. No nível intermediário, existe uma consciência parcial sobre a região, com conhecimento sobre algumas cidades, sua história, seus aspectos econômicos, sociais e políticos, mas não necessariamente sobre mecanismos de articulação política e administrativa na esfera regional. No nível avançado, a consciência regional é plena, com conhecimento amplo sobre aspectos sociais e econômicos da região como um todo, compreensão dos mecanismos estratégicos da regionalidade e dos potenciais efeitos sinérgicos de ações político-administrativas integradas, com visão crítica, capacidade de reflexão e avaliação do conjunto regional. A presente pesquisa apresenta também uma teoria substantiva concebida com o propósito de evidenciar os conceitos relacionados ao fenômeno da consciência regional. A Teoria COMPREENDENDO A INTERAÇÃO SINÉRGICA REGIONAL (CISR) possui oito categorias que representam os processos sociais interligados ao conceito central, título dado à teoria. O estudo questiona a definição clássica de consciência regional propondo uma ampliação do conceito, visto que seu uso em literatura toma uma relevância que as definições atuais não conseguem retratar.

Palavras - chave: Consciência regional, Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade, *Grounded Theory*

ABSTRACT

The New Regionalism is a worldwide phenomenon that is taking place in more areas of the world since the decade of 1980. The concept “regional consciousness” is being used in national and international literature as an important basis to new models of development. The aim of this study is to bring a contribution to a better understanding of the regional consciousness phenomenon by the adoption of Grounded Theory Method which showed adequate to both the investigation purposes and nature of the research object. Data revealed that regional actors perceive the Region of Greater ABC, a social constructed region, in three manners. Those with inferior level of regional consciousness have little knowledge about the region as a systemic concept. In the intermediate level, the individual has a partial aware about the region, with some knowledge about social, economic and historical aspects but not necessarily about the political and administrative regional cooperation projects. In the advanced level, knowledge about the regional reality is high, with broad comprehension about social, economic aspects of the whole region, with adequate understanding of the political articulations and administrative integrative efforts, as the potential synergetic effects of regional cooperation. This study also presents a substantive theory elaborated to evidence the related concepts to the regional consciousness phenomenon. The Theory “COMPREHENDING REGIONAL SINERGETIC INTERACTION” has eight categories that represent the social processes interconnected to the core category, which is the title given to this theory. This study also questions regional consciousness definitions that are adopted in literature. It proposes a review of the concept because it has been cited in literature as a very important element to the success of regionalist projects and that does not fit with the simplistic concepts in use.

Keywords: Regional consciousness, Administration for Regionality Development, Grounded Theory

1 INTRODUÇÃO

Diversos trabalhos têm sido divulgados, tanto em nível nacional quanto internacional, em torno do ressurgimento do interesse pelo regionalismo, principalmente a partir do final da década de 1980.

Este Novo Regionalismo, que surge como reação aos efeitos gerados pela globalização dos mercados, vem sendo objeto de pesquisas e formulações teóricas no campo da Economia, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política. Mas suscita também a realização de investigações no campo da Ciência da Administração, já que vem sendo capaz de provocar impactos no processo de gestão tanto de organizações públicas quanto em empresas e organizações do Terceiro Setor.

Dessa forma, a Gestão da Regionalidade, entendida como nova área de conhecimento, vem requerendo o desenvolvimento de pesquisas e de teorias capazes de auxiliar na melhor compreensão da dinâmica envolvida na construção social da região.

As regiões socialmente construídas são fruto de articulação entre atores interessados na integração de seus elementos. A sustentação e o desenvolvimento destas depende de quanto esse “pensamento regional” é disseminado e assimilado por outros atores sociais da região.

1.1 Origem do estudo

Este estudo teve como origem o interesse na ampliação do conhecimento sobre o tema *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*, sendo a principal motivação para sua realização a busca de um melhor entendimento do fenômeno da consciência regional considerando-se atores sociais como potenciais indutores do processo de construção do Novo Regionalismo no âmbito do Grande ABC.

1.2 Justificativa do estudo

O conceito “consciência regional” (*regional consciousness*) vem sendo utilizado tanto na literatura, nacional e internacional, quanto em discursos políticos e acadêmicos como importante base para novos modelos de desenvolvimento. Estes modelos focam a mobilização sistêmica dos recursos disponíveis nas regiões para concretização do crescimento, da competitividade, do emprego e da tecnologia.

A consciência regional, por sua vez, vem sendo destacada como elemento essencial para a disseminação e efetivação do pensamento regionalista, principalmente no contexto mundial contemporâneo, onde o capital é global e as ações, locais.

Entretanto, as publicações acadêmicas mostram-se insuficientes para oferecer conteúdos para adequada compreensão dos mecanismos e processos sociais que influenciam a consciência regional dos indivíduos, enquanto fenômeno subjetivo e qualitativo.

1.3 Problematização

A Região do Grande ABC Paulista, pano de fundo deste estudo, vem desempenhando importante papel no processo de constituição das instituições administrativas brasileiras, desde os primórdios de nossa colonização. Constitui palco dos mais significativos no processo de industrialização e de formação do “Novo Sindicalismo”. Provavelmente, mais do que qualquer outra região brasileira, ressentiu-se dos efeitos da Globalização. A abertura comercial, a emergência de novas tecnologias e a obsolescência do sistema fordista de produção trouxeram algumas conseqüências danosas para a região, tais como a ampliação dos níveis de desemprego. Estas conseqüências, por sua vez, vêm determinando o empenho de gestores públicos, líderes políticos, dirigentes sindicais, empresários, órgãos de imprensa, pesquisadores sociais e líderes da sociedade civil no sentido de buscar novas soluções para o Grande ABC.

Mas para que transformações se efetivem, não bastam apenas mais investimentos e adequação de normas políticas, econômicas e jurídicas. É necessário que atores locais percebam-na como *locus* privilegiado para ocorrência de mudanças, uma vez que representam agentes com potencial para influenciar os rumos da regionalização socialmente construída.

Daí a justificativa para a realização de estudos com a finalidade de se verificar que conhecimentos, idéias, informações, pensamentos, interesses e motivações os atores expressam ao falar sobre a Região do Grande ABC. Em outras palavras, que região “aparece” na consciência dos atores?

Assim, a presente pesquisa se propõe a fornecer resposta para a seguinte indagação:

- Que conceitos são revelados por atores sociais da Região do Grande ABC ao expressar sua consciência regional?

1.4 Objetivos

Com vistas a proporcionar resposta ao problema proposto, foram formulados os seguintes objetivos:

- Verificar de que forma atores locais concebem a Região do Grande ABC enquanto estrutura sócio-econômica e político-administrativa revelada através de conceitos presentes em seus discursos;
- Desenvolver uma ordenação conceitual que possibilite a construção de um modelo teórico representativo do fenômeno da consciência regional, baseado no discurso de atores sociais regionais.

1.5 Delimitação do estudo

Este estudo delimitou-se territorialmente às sete cidades que compõe a Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), tendo sido realizado através da participação de atores sociais da região, durante o período compreendido entre Dezembro de 2004 a Janeiro de 2006.

1.6 Vinculação à linha de pesquisa

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa “Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade” do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES/USCS, já que constitui a rigor, um estudo sobre consciência regional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Introdução

A presente revisão de literatura objetiva situar o objeto desta pesquisa, a consciência regional, no contexto histórico e situacional, procurando compreender os fatores que levam indivíduos aos esforços de regionalização em torno de seus interesses. Além disso, procura entender como o termo “consciência regional” tem sido utilizado em literatura.

2.2 O processo de regionalização e suas diferentes concepções

2.2.1 Síntese do pensamento regional ao longo da História

Desde a Antigüidade, os seres humanos tiveram a necessidade de representar sua concepção de mundo caracterizando-o através de suas partes. Deve-se ao povo grego uma melhor sistematização do saber regional da época ao utilizar descrições ordenadas e comparativas, sínteses e explicações acerca dos lugares e dos trajetos conhecidos (LENCIONI, 1999).

O termo região (*regio*, em Latim) remonta aos tempos do Império Romano. A palavra *regione* era usada para designar a extensão das áreas de administração local que, embora possuíssem certa autonomia, estavam sob domínio do Império, mostrando de forma ampla uma relação entre poder e território. (GOMES, 1995).

Entretanto, o conhecimento sobre a noção de região difundiu-se com o desenvolvimento da Geografia, que o adotou como um dos seus conceitos centrais no século XVIII, quando despontou como disciplina científica independente. Apesar de alguns segmentos pertencentes às ciências sociais terem se preocupado em estudar a realidade sob o prisma regional, foi na

Geografia que se desenvolveram as bases e os principais conceitos relacionados à região, mais especificamente na Geografia Regional (LENCIONI, 1999; GIL, 2001).

Conforme Lencioni (1999), na linguagem comum o termo região é claro, sendo normalmente utilizado pelas pessoas em seu cotidiano. No entanto, como conceito científico apresenta ambigüidades e constitui-se em uma noção problemática, pois pode variar segundo a percepção de mundo concebido dentro de um determinado contexto histórico cultural ou situacional.

De forma geral, uma região pode ser conceituada como uma determinada porção da superfície terrestre que, por algum critério, pode ser reconhecida como diferente de outra. Ou, de forma mais genérica ainda, a noção de região contém a idéia de parte de um todo (LENCIONI, 1999, p. 23).

As acepções de região, entretanto, diversificaram-se desde a institucionalização da Geografia. Desde o início do último quartel do século XIX até 1970 aproximadamente, três grandes acepções de região foram estabelecidas entre os geógrafos (CORREA, 1997).

A primeira foi uma acepção de região natural concebida como uma porção da superfície terrestre identificada pela combinação de elementos da natureza, como clima, vegetação e relevo.

Outra acepção desenvolveu-se a partir da década de 1920 como reação às idéias positivistas que sustentavam a leitura determinista da região natural. Para os autores ligados a esta tendência, para a compreensão do presente seria necessária a perspectiva histórica. Assim, a região deveria ser vista como área de ocorrência de uma mesma cultura, como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.

Uma terceira acepção de região desenvolveu-se a partir da década de 1950, em virtude principalmente da chamada revolução teórico-quantitativa. A região passou a ser considerada a partir de propósitos específicos, não tendo como no caso da região natural e da região paisagem, uma única base empírica. Tornou-se possível, então, identificar regiões climáticas, regiões

industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos fossem os propósitos do pesquisador.

Os recortes que são feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual. Dessa forma, as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinados pelo pesquisador (HARTSHORNE, 1978; LENCIONI, 1999). Também para Hilhorst (1981 apud BOISIER, 1999), a região é provavelmente mais uma construção mental do que uma realidade objetiva.

Nas três últimas décadas do século XX, o debate acerca do regionalismo acentuou-se e novas concepções foram acrescentadas. Gilbert (1988) estabelece a distinção entre três abordagens acerca do conceito de região na “nova geografia regional”.

A primeira delas, conhecida como “materialista” entende a região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. Esta concepção tem sido comum entre geógrafos que adotam um ponto de vista marxista estruturalista, já que enfatiza a divisão social do trabalho, a lógica da circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e os processos políticos e ideológicos.

A segunda aceção entende a região como um cenário para interação social, o qual desempenha um papel fundamental na produção e reprodução de relações sociais. Essa abordagem emerge do fato de o espaço, suas dimensões simbólicas e ideológicas e suas bases materiais serem construtos sociais e culturais. O espaço, assim como os padrões sociais, vinculam-se estreitamente com os processos sociais, culturais e naturais, mas não pode ser entendido como um poder causal capaz de determinar processos sociais. O social e o espacial são entendidos como constituintes e produtos ao mesmo tempo.

A terceira aceção, por fim, enfatiza a cultura como o primeiro ponto de partida, concentrando-se em problemas como identificação regional e identidades regionais. A região é entendida primariamente como um conjunto de relações entre um grupo específico e um lugar particular, como uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo. A

região é perceptual, é um construto que reflete sentimentos e atitudes humanas sobre as áreas e é definida como imagens subjetivas daquelas áreas.

Gil, Garcia e Klink (1999) também reforçam a idéia de que a cultura e a identidade regional exercem papel relevante na formação da percepção acerca da região, sendo a subjetividade, os sentimentos e as atitudes humanas elementos a serem considerados nos estudos regionais.

Constata-se que as concepções de região têm sido afetadas pelas concepções filosóficas dominantes nas mais diversas épocas. É evidente a influência do Positivismo ao longo do século XIX, do Neokantismo no final desse século e três primeiras décadas do século XX e do Positivismo Lógico na segunda metade de século XX. Mas constata-se também a incorporação da Fenomenologia e do Marxismo nos estudos regionais (LENCIONI, 1999).

Sob a influência da Fenomenologia, a ênfase dos estudos geográficos passa a ser sobre o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas e revelador das práticas sociais. Assim, o lugar cultural torna-se o centro e o objetivo do conhecimento geográfico. Segundo a perspectiva fenomenológica, o conceito de região ultrapassa a idéia de espaço material, pois incorpora valores psicológicos que as pessoas têm em relação à região, que não pode, por isso mesmo, ter limites fixos. E, à medida que os objetos e fenômenos são tratados como aparecem na consciência, o modo do espaço ser percebido e os valores modelados pela cultura e pela estrutura social atribuídos a este espaço passa a ser analisado com o objetivo de compreender o sentimento que as pessoas têm por pertencer a uma determinada região (LENCIONI, 1999).

O final do século XX foi marcado historicamente pelo movimento da Globalização, e vasta literatura tem sido produzida desde então, no sentido de analisar, descrever e discutir suas repercussões no modo de vida contemporâneo. A unificação da economia e a política de abertura dos mercados mundiais trouxeram pressões internas e externas, impondo reações e novas reflexões acerca dos mecanismos estratégicos de desenvolvimento local. Uma destas reações foi um novo interesse pelo regionalismo como forma

de enfrentamento aos desafios globais. Esta revalorização da esfera regional não vem desprovida de influências dos mais diversos segmentos da sociedade. Nem segue um único padrão, pois difere de acordo com as diferentes manifestações de grupos e coalizões que as sustentam (VAINER, 1995).

Um aparente paradoxo global-local passou a ser alvo de interesse de pesquisadores e estudiosos e frases como “pensar global e agir local” (BOISIER, 2002) ou neologismos como “glocalização” (Courchene 1995 apud ABRUCIO; SOARES, 2001) ou “glocal” (BOISIER, 2002) e “regionalidade” (GIL; GARCIA; KLINK, 1999) vem demonstrando que a propagação deste tipo de pensamento se faz presente nos debates contemporâneos sobre políticas e projetos de desenvolvimento local.

Nesse contexto emerge no cenário mundial o movimento denominado em literatura como Novo Regionalismo despertando interesse de economistas, geógrafos, sociólogos, administradores públicos, acadêmicos e políticos.

Este ressurgimento do interesse em torno das configurações regionais suscitou a atenção não somente dos cientistas sociais cuja especialidade era o tema regional, mas também daqueles que chegaram à conclusão de que o conceito regional era importante, pois poderia representar mais do que um simples padrão de localização. Seria uma questão central na coordenação das formas mais avançadas da atividade econômica da atualidade (STORPER, 1997).

2.2.2 A região nos tempos atuais - o Novo Regionalismo

Apesar do regionalismo apresentar-se em diversos momentos da história, nacional e internacional, é o período compreendido entre 1950 e 1970 que a literatura recente toma como referência para comparar o ressurgimento do interesse atual em torno do tema.

Dessa forma, denominou de “Velho Regionalismo” este período marcado mundialmente pela Guerra Fria e seus impactos e de “Novo Regionalismo” o

movimento que aparece na década de 1980. O que os diferencia é o seu contexto histórico (HETTNE; SODERBAUM, 2000), pois o Novo Regionalismo, um fenômeno considerado mundial, nasce em decorrência das transformações estruturais impostas pelo processo de globalização dos mercados.

Apesar da visão aparentemente dialética, o debate sobre o global e o local faz sentido na medida em que o papel das novas fronteiras econômicas e os mecanismos de mobilização de recursos vêm sendo questionados em todo o mundo. Afirmações polêmicas como a de que o Estado-Nação vem sofrendo um enfraquecimento e perdendo seu papel como protagonista na economia global (OHMAE, 1999), aquece debates em torno do assunto. Em outras palavras, discute-se que o Estado-Nação mostra-se grande e lento demais para a agilidade e flexibilidade necessárias à competitividade atual e por outro, um espaço econômico reduzido demais para as exigências deste mercado capitalista. Bell (1998 apud ABRUCIO e SOARES, 2001) coloca que o Estado-Nação está se tornando muito pequeno para os grandes problemas da vida e muito grande para os pequenos problemas da vida.

Neste contexto, emerge também um novo papel para as cidades, sobretudo para as regiões metropolitanas que necessitam se reorganizar para alocar serviços produtivos que atendam empresas globais.

Para Borja (1997), os processos econômicos, sociais e culturais tendem a globalizar-se, mas seus impactos e conseqüências se darão em nível local, concentrados nas aglomerações urbanas. Requer assim, uma política de ação integrada.

As cidades passam então a representar espaços privilegiados para as novas regras econômicas estabelecidas, de acordo com um sistema baseado em redes de cidades (KLINK, 2000; GIL; GARCIA; KLINK, 1999).

De acordo com estes autores, as principais diferenças entre o antigo regionalismo e o novo são: o antigo desenvolveu-se no contexto histórico da Guerra Fria, foi criado de cima para baixo, foi protecionista e ocupava-se das relações entre Estados-Nação, enquanto o novo surgiu em resposta à globalização, constituiu-se de um processo mais voluntário, motivado pela

cooperação em prol da manutenção da competitividade frente aos novos desafios mundiais, aberto em termos econômicos e resultado de um processo social que engloba diversos atores não estatais.

Diante destas novas tendências, surgem também novos termos e conceitos na tentativa de se delinear um campo de conhecimento específico para os estudos sobre os fenômenos regionais. O neologismo “Regionalidade” se constitui em um deles e pode ser conceituado como “qualidade de ser de uma região”. (GIL; GARCIA; KLINK, 1999). Para estes autores, a regionalidade seria um tipo de consciência coletiva, que une os habitantes de uma dada região em torno de sua cultura, sentimentos e problemas comuns, viabilizando assim a cooperação e o esforço solidário em torno do seu desenvolvimento. Em outras palavras, regionalidade seria a formação social que surge da articulação de esforços conjuntos das autoridades públicas, dos empresários, dos representantes de segmentos da sociedade civil e dos representantes de outras organizações, no espaço da região que pode ser geográfico, administrativo, econômico, político, social e cultural. Baeza (1996) enfatiza que o conceito de regionalidade é diferente do conceito de regionalização uma vez que entende a regionalidade como a configuração de uma mentalidade própria da região aludida. Essa mentalidade compreende o compartilhamento da percepção de viabilidade do “projeto regional” por parte das autoridades regionais e dos atores sociais desta região, elementos fundamentais no esforço de construção conjunta da questão regional.

2.2.3 O construcionismo social e os estudos regionais

A abordagem denominada social construtivista (ou construcionismo social), surgiu como resposta às abordagens puramente materialistas e defende a premissa de que as idéias têm significado para os atores sociais.

Para Hollis e Smith (1991 apud PRIETO, 2003), as ações das pessoas dependem do tipo de idéias que elas tem em seu pensamento. O construtivismo reconhece a importância das bases materiais para a

compreensão da realidade. Entretanto considera que a relação entre condição e interesse determina em grande parte a atitude do indivíduo.

O social construtivismo, por sua vez, tem suas raízes no interacionismo simbólico, que tem como pressuposto central a afirmação de que os seres humanos agem em direção às coisas com base nos significados que as coisas têm para eles (BLUMER, 1969).

Vários autores têm considerado o construtivismo em seus estudos regionais (HURREL, 1995; BOISIER, 1999; HETTNE, SODERBAUM, 2000; PRIETO, 2003; VÄIRINEN, 2003; WUNDERLICH, 2004). Para Hurrel (1995), não existem regiões naturais. A definição de uma região é sempre uma idéia ligada a um processo de regionalismo específico que varia conforme os interesses econômicos, políticos, sociais, culturais ou administrativos dos atores envolvidos. Para este autor, a abordagem social construtivista permite caracterizar o fenômeno da região através da inter-relação entre incentivos materiais, estruturas intersubjetivas, identidade e interesse de atores. Regiões são construções sociais e a regionalização é um processo (HETTNE; SODERBAUM, 2000).

Segundo Berger e Luckmann (1966), a construção da realidade constitui-se em um fenômeno eminentemente social. A ordem social existe somente como produto de atividades humanas. Sendo assim, esta realidade socialmente construída se dá através da interação e da negociação de diversos grupos sociais, que a interpretam segundo critérios pré-existentes, característicos de sua cultura e do conhecimento que possuem. A reinterpretção e reconstrução da realidade se dão de forma dinâmica, onde o indivíduo e os grupos ora influenciam, ora são influenciados.

O social construtivismo tem seu interesse nas formas em que os fenômenos sociais são criados, institucionalizados, aceitos e sedimentados como hábito ou tradição na consciência das pessoas. A forma como pensam os indivíduos, suas idéias e concepções, tem conseqüências sociais, uma vez que são expressas em palavras e discursos que servem de veículo para a troca de conhecimento no cotidiano e assim, influenciam o meio por ter papel fundamental na construção da realidade social em que se está inserido.

A linguagem representa o sistema simbólico mais importante para a sociedade humana, uma vez que comunica significados e experiências acumuladas, preservadas através do tempo e capaz de ser transmitidas a outras gerações. A linguagem é o sistema de sinais mais relevante para o interacionismo simbólico. Em outros termos, é o mais importante sistema de sinais da sociedade humana (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 56).

Para estes mesmo autores, a realidade se constrói a partir do conhecimento cotidiano dos atores sociais nela envolvidos, o chamado conhecimento pré-teórico, pois permeia os ambientes antes mesmo das teorias serem desenvolvidas para explicar os fenômenos. A linguagem dos atores sociais traz os significados que fazem sentido no cotidiano deste indivíduo ou grupo social. Esta realidade do “aqui e agora” é o foco da sua atenção e representa a realidade presente na sua consciência. Alguns dos elementos que são significativos para o indivíduo em seu cotidiano são: o lugar em que ele mora e sua delimitação geográfica, a utilização de determinadas ferramentas para executar o seu trabalho, o emprego de vocabulário próprio de seu grupo social e profissional, o seu relacionamento com grupos de pessoas com quem tem afinidade, entre outros. As experiências do dia-a-dia e o seu conhecimento também são fortemente influenciados pela atividade relacionada ao trabalho profissional. Para Marx o pensamento funda-se na atividade humana e no mundo produzido por esta atividade.

A realidade que está ao alcance do indivíduo tem elementos pragmáticos relativos ao trabalho que ele exerce, manipula, planeja e domina. Portanto, a sua ocupação profissional influencia fortemente os seus interesses (que estão envolvidos nesta realidade cotidiana) e a forma com que este indivíduo faz a sua leitura sobre o mundo que o cerca. Existiriam então, diferentes realidades para diferentes indivíduos ou grupos, conforme o contexto do cotidiano vivido por eles. Em outros termos, é a partir da experiência de vida que o indivíduo apreende a realidade, de acordo com suas próprias limitações.

A disseminação do conhecimento também ocorre sob influências sociais, ou seja, ele é socialmente distribuído. Segundo Berger e Luckmann (1966),

este se constitui em um problema relevante, que perpassa pelas esferas econômica, educacional e social e merece estudos acerca do tema.

Boisier (2002) também enfatiza a importância da disseminação social do conhecimento. Para este autor conhecer supõe informação, porém compreender supõe conhecimento. Esse conhecimento pertinente seria então fundamental para uma gestão social do processo de desenvolvimento territorial.

2.2.4 O ator social e a participação no contexto regional

Para Max Weber (1991) a ação social é um comportamento humano que se dá quando o indivíduo (ator) atribui à sua conduta um significado ou sentido próprio, relacionado ao comportamento de outras pessoas. Para Weber, compreender o sentido que cada ator dá a sua conduta, sua percepção, suas intenções e motivações ao vivenciar as diferentes situações sociais são o ponto chave das investigações sociológicas.

Para os interacionistas simbólicos, a sociedade é um processo, fruto da inter-relação de indivíduos que por serem capazes de descrever, explicar e justificar suas ações, constituem-se em atores sociais. A motivação destes atores sociais, assim como seus objetivos e simbolismos são indispensáveis para a compreensão das situações de interação. As pessoas aplicam suas próprias perspectivas para definir estas situações e as vêem de uma maneira que só elas conseguem ver (CHARON, 1989).

Para Parsons (1970), de forma simplificada, pode-se entender um sistema social como um sistema de interação, onde um conjunto diverso de atores individuais relacionam-se de forma mútua, numa situação que tem pelo menos um aspecto físico ou ambiental, utilizando-se para isso de símbolos provenientes de sua cultura. Para este autor, o mundo dos objetos classifica-se em objetos físicos, sociais e culturais. Ele considera o ator como o objeto social, que pode ser representado pelo indivíduo ou por uma coletividade.

Matus (1993) considera o ator social como uma personalidade, uma organização ou um coletivo de pessoas que de forma estável ou transitória, tem capacidade de atuar em uma dada situação, sendo capaz de transformá-la, acumulando força, desenvolvendo interesse e produzindo fatos na situação.

Klink (2000) ao discorrer sobre política e desenvolvimento regional segundo a visão de Michael Storper, ressalta a importância da construção da confiança através da conversação entre os atores. Esta confiança mútua entre os atores, facilitaria a resolução dos conflitos e a remoção das barreiras, estimulando um processo de entendimento da posição do outro. Coloca ainda que deve-se levar em conta a posição e as aspirações de cada um dos atores envolvidos.

Adler e Barnett (1998 apud HETTNE; SODERBAUM, 2000) apresentam as regiões como projetos sociais desenvolvidos por atores que objetivam proteger ou transformar estruturas existentes.

Para Oliveira e Lima (2003) o desenvolvimento regional no longo prazo acontece como resultado da interação de três forças. Uma se refere à alocação de recursos, outra à política econômica e a terceira, à ativação social. Estes autores colocam que esta ativação social da população local é considerada uma força endógena e relaciona-se à capacidade da região em criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais que possam direcionar o crescimento e o desenvolvimento da região de forma integrada.

Bandeira (1999) também argumenta a favor da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para a promoção do desenvolvimento regional. Aponta inclusive que a falta de participação da comunidade destaca-se como uma das principais causas de fracasso de políticas, programas e projetos de diversas áreas, afetando assim a eficácia das intervenções governamentais.

2.2.5 O regionalismo no Grande ABC

A Região do Grande ABC localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo, em uma posição estratégica entre a Capital do Estado e o Porto de Santos, importante infraestrutura portuária de escoamento de produção industrial. A Região é composta por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Foi o núcleo do processo de industrialização no Brasil, verificado na segunda metade do século XX.

Destaca-se no cenário nacional nos pólos setoriais automobilístico, químico, plástico, de borracha, de máquinas e equipamentos, de móveis, entre outros. Representa o quarto maior pólo econômico do país, só ficando atrás das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Trata-se de uma região adensada com cerca de 2,35 milhões de habitantes. Espacialmente, seu território é contíguo, de 842 km², caracterizado pela ausência de limites geográficos claros entre as divisas de suas cidades. Seu crescimento rápido a partir da década de 1960 trouxe como consequência um crescimento desordenado, trazendo problemas comuns às regiões metropolitanas. A questão ambiental também está presente, visto que possui 56% de seu território em áreas de mananciais (KRÜGER, 2002).

A Região do Grande ABC também é considerada o berço do movimento sindical organizado. Suas lutas e reivindicações em prol dos trabalhadores da indústria metalúrgica trouxeram relevantes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais na região no final da década de 1970, dando origem ao Novo Sindicalismo e acumulando experiência em organização social. O Presidente Luiz Inácio da Silva, eleito em 2002, teve sua atividade política iniciada na Região do Grande ABC, onde se destacou como líder sindical, tornando-se conhecido nacional e internacionalmente pelos movimentos de reivindicação social junto à classe operária.

A histórica da Região do Grande ABC começou no século XVI com o surgimento em 1532 da Vila de Santo André da Borda do Campo, perdurando durante os séculos XVII e XVIII.

A partir daí, sua história foi marcada por três fases (PETROLI, 2000).

Na primeira, foi criada em 1812 a Freguesia de São Bernardo, que era uma espécie de distrito de São Paulo e não tinha limites exatos. Em 1889 passou a se chamar Município de São Bernardo do Campo e compreendia grande parte do que é hoje o Grande ABC.

Na segunda fase (1938 a 1964) esta localidade era denominada “Triângulo do ABC”. Neste período foram criados os Municípios de Santo André (1938), de São Caetano do Sul (1948), de Mauá e Ribeirão Pires (1953), de Diadema (1958) e de Rio Grande da Serra (1963).

A terceira fase se caracteriza pela Região do Grande ABC como ela é até hoje (ABRUCIO; SOARES, 2001).

A literatura registra o ano de 1961 como a primeira vez em que a palavra “região” e a sigla “ABC” foram utilizadas na mídia impressa. Em pesquisa acadêmica sobre o Diário do Grande ABC, o mais antigo e expressivo jornal regional, Petrolli (2000) relata que o editorial publicado em seis de agosto de 1961, intitulado “União” já trazia a idéia de cooperação regional. Na época, o Jornal ainda chamava-se *New Seller* e chamava a região do ABC de “Pentágono Industrial”, fazendo alusão às cinco cidades componentes (exceto Diadema e Rio Grande da Serra). O editorial informava que não só pelo aspecto histórico, mas por outras afinidades profundas, as cidades possuíam problemas comuns que não poderiam ser resolvidos parcialmente, senão de modo global, abrangendo diversos pontos da estrutura social.

Este mesmo autor relata que em 1967, os sete municípios do Grande ABC passaram a integrar a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), através de Decreto assinado pelo Governador Abreu Sodré.

A partir dos anos 90, tem início o processo de formação das instituições de cooperação intergovernamental no Grande ABC, com a criação de quatro organizações. Foi também na década de 1990 que a Região do Grande ABC sofreu transformações econômicas importantes, em decorrência do processo

de globalização e de mudanças no cenário econômico nacional e internacional, entre outros fatores, trazendo como consequência uma grave crise de desemprego industrial local.

Percebendo que os esforços de união e cooperação para a resolução de problemas comuns seriam mais interessantes do que a mera competição, os prefeitos das sete cidades, liderados pelo Prefeito de Santo André, Celso Daniel, resolveram criar em 1990 o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, conhecido como Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. No início teve predomínio da agenda ambiental, com a questão da destinação dos resíduos sólidos e a gestão dos recursos hídricos. Entretanto, logo ampliou sua atuação na promoção de formas articuladas de desenvolvimento regional. O Consórcio tem personalidade jurídica, orçamento e recursos próprios advindos das Prefeituras que contribuem de acordo com as suas arrecadações. Pode estabelecer convênios e receber recursos para fins pré-estabelecidos (ABRUCIO; SOARES, 2001).

A segunda organização criada foi o Fórum da Cidadania e surgiu como resposta de diversos atores sociais preocupados com a crise econômica da região. Sua origem foi o movimento em torno da campanha “Vote no Grande ABC”, um movimento que reuniu representantes de vários segmentos da sociedade regional, inclusive dos partidos políticos. O objetivo da campanha era melhorar a representatividade política da região na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa elegendo candidatos que representassem os interesses do Grande ABC nas instâncias parlamentares. Este movimento trouxe resultados positivos com a eleição de cinco Deputados Federais e oito Estaduais e contribuindo para a crença de que seria possível o esforço coletivo em torno do compartilhamento de problemas comuns e busca de soluções com base na cooperação. Decidiu-se então formalizar a instituição com o nome de Fórum da Cidadania do Grande ABC, em 1995 (NUNES, 2005). Seu objetivo era garantir a participação e representação de entidades da sociedade civil nos debates acerca dos problemas regionais.

Em 1996, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo sugeriu a criação da Câmara Regional do Grande ABC, como estratégia para

fomentar o desenvolvimento econômico local. Em 1997, foi então instituída a Câmara, que não tem personalidade jurídica nem orçamento anual fixo. É mantida pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que lhe garante o apoio administrativo necessário. A Câmara é composta por representantes do governo estadual, do governo municipal e sociedade civil (ABRUCIO; SOARES, 2001, p. 176).

A Câmara criou, em 1998, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, uma organização não governamental que tem como objetivo ser a estrutura executiva e captadora de recursos para os projetos aprovados. Em outros termos, é uma entidade de articulação e fomento do desenvolvimento econômico regional, com base em projetos cooperativos envolvendo os setores público e privado. A Agência implantou modelo inovador de gestão, incluindo a participação da sociedade civil e estabelecendo redes sociais de articulação regional para a construção conjunta de soluções necessárias ao processo de reestruturação produtiva vigente. Dessa forma, tem despertado interesse e vem ganhando projeção nacional e internacional (KRÜGER, 2002).

As instituições de cooperação regional, em especial a Agência de Desenvolvimento, em parceria com Universidades locais e outras organizações da sociedade, tem promovido espaços para debate acerca de projetos de desenvolvimento regional, expondo a experiência do Grande ABC e de outras regiões no mundo. Publicações documentando seminários que discutiram o tema regional, assim como livros contendo depoimentos de atores sociais da área política, administrativa, acadêmica, empresarial, sindical e educacional têm sido editadas, evidenciando a presença da mídia impressa na disseminação do conhecimento regional e do conceito de regionalidade no Grande ABC (LIMA; MARCOCCIA, 2001; SEMINÁRIO RETRATOS METROPOLITANOS, 2001). Cabe, porém, observar a questão do acesso destas publicações à sociedade regional de modo geral.

Assim é que a Região do Grande ABC pode ser considerada uma região, pois, apesar de constituída por sete municípios, a separação entre eles, na maioria dos casos, não se dá por acidentes geográficos. Há até mesmo

situações em que várias ruas pertencem a um município do lado direito e a outro do lado esquerdo.

O Grande ABC também não pode ser entendido como região administrativa, pois, a rigor é parte integrante da Região Metropolitana de São Paulo.

É, pois, um exemplo de região socialmente construída, para o que contribuiu decisivamente a vontade política dos atores locais.

2.3 A consciência regional na literatura

Vasta literatura tem sido produzida no meio acadêmico sobre o Novo Regionalismo, um fenômeno reconhecido mundialmente a partir do final da década de 1980, com o término da Guerra Fria.

Dois aspectos tem sido destacados no entendimento contemporâneo do que vem a ser regionalismo. Um destes aspectos se refere aos estudos sobre percepção e o outro, à implementação do regionalismo em si (VIKTOROVA, 2001). O primeiro está conectado aos conceitos de identidade regional e consciência regional, que remetem a fatores subjetivos de compreensão do sujeito frente à relação “espaço cognitivo – espaço territorial”, aspecto caracterizado neste estudo.

2.3.1 Como o termo “consciência regional” tem sido citado

A “consciência regional” tem sido citada em estudos empíricos e ensaios acadêmicos de diversos modos.

GIL; GARCIA; KLINK (2003) explicam em artigo que discute os conceitos de região, regionalismo e regionalidade:

É através do desenvolvimento da regionalidade, entendida como uma verdadeira mentalidade da região, que a administração pública, o setor privado e toda a sociedade civil adquirem a consciência regional,

elemento necessário para a união de esforços em prol do desenvolvimento regional.(p. 11)

Para Fawcet e Hurrell (1998 apud GIL; GARCIA; KLINK, 2003):

O entendimento do conceito de novo regionalismo requer sua decomposição em cinco categorias, analiticamente diversas, mas cujas inter-relações são fundamentais para a teoria e prática do regionalismo contemporâneo: a regionalização, as noções de consciência e identidade regionais, a cooperação regional entre os Estados, a integração econômica regional promovida pelo Estado e a coesão regional. (p. 17)

Abrucio e Soares (2001) ao discorrer sobre avanços e obstáculos à cooperação intergovernamental no Grande ABC, ressaltam que:

O desenvolvimento do conceito de rede federativa no Grande ABC é tomado num duplo sentido. No primeiro, ocorre uma interligação específica com o governo do Estado de São Paulo... []. No segundo sentido, refere-se à rede estabelecida com a sociedade civil ...[] e que também continuará sendo necessária para consolidar uma consciência regional, fundamental para que os atores continuem apoiando essas instâncias, independente de eventuais reveses futuros. (p. 194)

Ainda:

O clima da campanha de 1996 foi marcado pelo crescimento da consciência regional. (p. 196)

Ou:

... [] não haverá a possibilidade de reeleição da grande maioria dos prefeitos que hoje apóiam o pacto de cooperação regional. Mas a noção de consciência regional foi constituída e pode ser sempre recolocada

pelos líderes políticos e sociais. Há um aprendizado institucional que não pode ser apagado facilmente ... (p. 197)

Frug (2002) sugere a utilização de abordagens baseadas em projetos locais, sejam eles intra-municipais ou inter-municipais. Dessa forma, acredita que haveria uma melhor dimensão da política regional, com melhora na articulação de prioridades e disseminação da informação. Isso poderia estimular a consciência regional entre os co-habitantes e o seu sentido de cidadania.

Bandeira (1999) ao discorrer sobre desenvolvimento regional e participação de atores sociais, enfatiza que:

...[] a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios. Nem sempre há a consciência de que muitos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais. Em conseqüência, tais problemas tendem a ser percebidos e enfrentados como se fossem questões locais, deixando de ser aproveitadas ...[] .. oportunidade de cooperação entre esses atores na defesa de interesses comuns à região. (p. 6)

Para Paasi (1986 apud BANDEIRA, 2004), a institucionalização de uma nova unidade territorial envolve quatro aspectos:

- A definição da forma ou abrangência territorial da região;
- A formação de uma imagem conceitual e simbólica da região;
- O desenvolvimento de instituições regionais e a incorporação efetiva da existência da região às diferentes práticas e formas de organização da sociedade;
- O estabelecimento da região como parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, associada à consciência regional da comunidade.

Bandeira (2004) utiliza também o termo ao explicar que o processo de institucionalização, se bem apoiado e conduzido, poderá levar a um aumento expressivo no grau de “consciência regional” dos habitantes dessas áreas, tornando-os mais propensos a cooperar na defesa de interesses regionais.

Cara (1995 apud DALLABRIDA 1999) afirma que o sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional definem a territorialidade regional. Dallabrida (1999) coloca que na medida em que os atores regionais tenham uma forte consciência de territorialidade pode haver uma transformação local se houver a adoção coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria.

Tomaney e Ward (2000) utilizam o termo consciência regional para explicar que as políticas de conscientização ambiental também têm impacto positivo na formação da consciência regional. Discute também que quando se trata da cultura e da identidade no Novo Regionalismo, as bases da consciência regional devem ser consideradas.

Wallis (1999) ao expor alguns exemplos de projetos regionais inovadores (Londres na Inglaterra, Rotterdam na Holanda, Denver e Vale do Silício nos Estados Unidos) defende a idéia de que está emergindo uma consciência regional poderosa no mundo contemporâneo e que dirige uma gama ampla e variada de esforços no sentido de criar novas capacidades para administrar regiões.

Borja (1997) destaca que no atual momento histórico, os projetos de cidade ou de região representam oportunidades democráticas para que agentes públicos e privados ajam conjuntamente, favorecendo também a reconstrução do sentido coletivo de cidade, da recuperação da consciência territorial e das ideologias, refazendo os sistemas de convivência na sociedade.

Schrijver (2006) utiliza o termo consciência regional ao discorrer sobre pesquisas empíricas realizadas em três diferentes regiões da Europa para verificar os efeitos da regionalização instituída entre os habitantes destas regiões. Para Paasi (1996 apud SCHRIJVER, 2006) quando se emprega o termo “consciência regional” a atenção é voltada para as práticas dos

indivíduos, na identificação da região como algo que pode mudar ao longo do tempo, podendo coincidir com a identificação de outros grupos ou lugares.

Perovic (2000) ao discorrer sobre o processo de regionalização na Rússia e sua política de segurança, afirma que o papel da população nos processos regionais não deve ser subestimado. Apesar da população aparentar ser passiva e politicamente desestruturada, sendo relativamente fácil a sua manipulação pelos líderes, o que as pessoas sentem e pensam sobre a região é importante. Relata que é necessário que seja estabelecido se o regionalismo em curso é baseado somente na consciência política dos representantes, por exemplo, das elites regionais, ou se há uma consciência regional em desenvolvimento entre a população. A partir daí, é interessante estabelecer que fatores constituem a consciência regional naquele contexto.

2.3.2 Em busca de uma definição para consciência regional

Etimologicamente, a palavra “consciência” é derivada do latim *conscientia* (con + scientia), com conhecimento (HOUAISS, 2001).

O conceito de consciência regional não apresenta um consenso entre os autores. Na visão de alguns geógrafos, a consciência regional pode ser definida como consciência de características ou personalidade de uma dada região por uma grande quantidade de pessoas, baseada na apreciação pessoal da combinação de ambos elementos, físicos e humanos, pertencentes à região (UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA, 2005). Dentro da linha humanista da Geografia, a consciência regional é considerada um dos elementos invocados nos estudos sobre o conceito de região num enfoque social, definindo a dimensão regional como um espaço vivido (GOMES, 1995). Outros elementos seriam o sentimento de pertencimento e as mentalidades regionais.

Wardhaugh (2001) ressalta que a consciência regional surge como produto das imagens dominantes que emergem ao longo do tempo, de dentro e de fora da região, que definem um lugar e um tempo que as pessoas adotam e passam a utilizar, aceitando-as ou rejeitando-as para assim, expressar a identidade regional.

Esta identidade regional forma-se então pelo compartilhamento das experiências e pela manipulação destas através da memória. Ainda são reforçadas ou rejeitadas de acordo com a influência de outros fatores relacionados como classe, gênero, etnia, política, religião e linguagem. Ainda para este autor, a complexidade na definição de uma dada região é reforçada pelo fato de que está inter-relacionada com o processo de formação desta identidade. E como a identidade de uma região é algo dinâmico, não estático, uma construção social influenciada pelos mitos das pessoas em torno das imagens subjetivas formadas a partir do conhecimento e das experiências destas, a definição de uma região também se torna algo instável, fluído e mutável.

Segundo Lencioni (1999), a partir do desenvolvimento da corrente fenomenológica do pensamento geográfico, os objetos passaram a ser considerados como fenômenos que devem ser analisados como aparecem na consciência. Para a fenomenologia, a “intencionalidade da consciência” é considerada chave. Sendo assim, surgem indagações como “que região aparece na consciência das pessoas?” A instituída ou a vivida pelo indivíduo em seu cotidiano?

Também para Frémont (1976 apud LENCIONI, 1999), a consciência das pessoas acerca da região diz respeito ao seu espaço vivido e ao seu sentimento de pertencimento a esta região. Desta forma, nem sempre a consciência da região percebida pelo indivíduo corresponde a aquela regionalização estabelecida pela administração pública.

Henri Lefebvre (1980 apud LENCIONI 2003) também se preocupou em analisar a questão sob o prisma do concebido e do vivido-percebido, tendo estudado o conceito da representação da realidade e da espacialidade dos fenômenos sociais, uma vez que o mundo dos símbolos, das representações e das mistificações podem influenciar a consciência acerca do lugar.

Paasi (2000) também toca nesta questão ressaltando que deve-se estabelecer uma diferença analítica entre a identidade ideal atribuída à região através da mídia e da educação, por exemplo, daquela manifesta pela sociedade civil. Esta última refere-se a uma identidade factual proveniente da

expressão das experiências pessoais do indivíduo no território delimitado pela região. Sendo assim, para Paasi (2000), esta expressão pessoal ou coletiva das experiências pessoais do indivíduo no território delimitado pela região, representaria a sua consciência regional.

3 METODOLOGIA

3.1 A escolha do paradigma de pesquisa

O processo de decisão por uma metodologia científica está sujeito a diversos fatores, mas depende em grande parte da adequação do método escolhido à natureza do objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa que se pretende realizar (GIL, 1994). Sendo assim, procurou-se avaliar onde o presente estudo, que tem como objeto a consciência regional, encontraria o melhor paradigma de investigação. A escolha do paradigma de pesquisa guia a seleção da metodologia apropriada e dos métodos a serem empregados durante a coleta e análise dos dados (NOBLE, 2002).

Concluiu-se que o delineamento adequado para a presente investigação seria de cunho empírico-indutivo, qualitativo e interpretacionista. Assim, foi adotada como perspectiva metodológica a *Grounded Theory* com suas técnicas e procedimentos preconizados dentro da linha clássica ou ortodoxa (GLASER, 2004; NOBLE, 2002).

A metodologia qualitativa vem sendo amplamente desenvolvida nas ciências sociais onde os problemas são mais complexos e tem mais dimensões para serem apreendidas do que os problemas das ciências naturais. O comportamento de atores sociais e os fatores que influenciam sua forma de pensar sobre a realidade são difíceis de modelar e medir. A pesquisa qualitativa fornece os meios adequados para se estudar aspectos relativos à crescente pluralização das esferas da vida, que exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões sociais e político-administrativas.

Conforme Flick (2004), acadêmicos pós-modernistas defendem a idéia de que a era das grandes narrativas e teorias chegou ao final, elas agora devem ser limitadas em seus recortes locais, temporais e situacionais.

A pesquisa qualitativa também é recomendada quando se tem pouco conhecimento sobre um fenômeno ou se pretende estudá-lo sob o ponto de vista do sujeito. Ela mostra-se adequada quando se pretende compreender os

acontecimentos diários bem como os significados que as pessoas dão aos fenômenos (GIL, 2004).

Além disso, a não utilização de procedimentos técnicos estruturalmente rígidos permite que haja a flexibilidade necessária na coleta de dados para o estudo do objeto em questão.

A consciência regional tem um caráter eminentemente subjetivo sendo necessário que o estudo permita que os sujeitos expressem livremente a sua visão de mundo e a sua realidade ou ainda, outras realidades percebidas por eles.

Outro fator que levou a escolha pela metodologia qualitativa foi o caráter exploratório do presente estudo. Uma pesquisa de nível exploratório é indicada quando o tema escolhido é pouco analisado e o que se pretende é ampliar o conhecimento acerca do fenômeno que se deseja investigar. Tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou novas hipóteses para pesquisas posteriores (GIL, 1994). E por fim, o caráter processual dos métodos qualitativos favorece o estudo do objeto de pesquisa escolhido neste trabalho (FLICK, 2004)

Dentre os métodos utilizados nas ciências sociais, Sarantakos (1998 apud NOBLE, 2002) argumenta que existem três grandes paradigmas: o positivista, o interpretacionista e o crítico.

No paradigma positivista acredita-se que exista uma só realidade, aquela objetiva e mensurável. Para os positivistas, o mundo social é real e independe da consciência humana. Crê que todos os membros da sociedade definem a realidade de forma similar porquê todos compartilham os mesmos significados. (NOBLE, 2002).

Para o paradigma crítico, a realidade não é uma criação da Natureza, mas do Homem, particularmente daqueles que têm poder na sociedade e que usam esse poder para manipular outros, na tentativa de fazê-los perceber o mundo da maneira que se deseja, por vezes, criando uma falsa consciência diante do potencial que possuem para mudanças sociais. Para os críticos, a

realidade é um constante estado de conflito e tensão, um contínuo processo de transformação (NOBLE, 2002).

O paradigma interpretacionista admite que a realidade existe na mente das pessoas, é uma experiência interna, construída através de interação social e interpretação (NOBLE, 2002). A vertente interpretacionista mostra-se adequada para prover condições que favoreçam a compreensão dos processos sociais envolvidos na construção da consciência regional. O paradigma da investigação interpretacionista permite a apreensão da realidade através da obtenção de dados em níveis mais profundos, ricos de experiências, percepções e significações do ponto de vista do sujeito (NOBLE, 2004). Tem como característica tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos, preocupando-se assim em entender a experiência sob a perspectiva subjetiva. Suas teorias são construídas sob o ponto de vista do ator ou agente, não do observador da ação. A realidade social é considerada uma extensão da consciência humana (VERGARA; CALDAS, 2005). Assim, o Interacionismo Simbólico e a Fenomenologia constituem perspectivas metodológicas que seguem o paradigma interpretacionista.

Tendo definido o paradigma de pesquisa, fez-se necessário encontrar uma diretriz metodológica coerente, capaz de indicar os caminhos a serem percorridos na coleta, organização e análise dos dados, alinhada com os objetivos estabelecidos. Em outros termos, o presente trabalho necessitava de um planejamento metodológico tão aberto que fizesse jus à complexidade do objeto em estudo, neste caso, fator determinante para a escolha de um método e não o contrário (FLICK, 2004).

A decisão pela metodologia da *Grounded Theory* se deu com base nestes critérios. Justifica-se esta escolha pela possibilidade que esta abordagem dá aos participantes de expressar as várias facetas que compõem a sua consciência sobre a região em foco e pelo seu potencial de descoberta de elementos teóricos relacionados a este objeto. A *Grounded Theory*, conhecida no Brasil como Teoria Embasada ou Teoria Fundamentada nos Dados, mostrou-se apropriada para esta pesquisa devido à possibilidade de

uma melhor compreensão dos fenômenos a serem investigados. Ela tem suas raízes no Interacionismo Simbólico, e concebe todas as teorias como construções simbólicas da realidade, como versões do mundo (FLICK, 2004; ICHIKAWA; SANTOS, 2002).

A *Grounded Theory* foi criada em 1967 por Barney Glaser e Anselm Strauss, dois sociólogos americanos, e constitui-se em um método de pesquisa qualitativa que visa a descoberta de teoria a partir de dados sistematicamente obtidos através de pesquisa social (GLASER; STRAUSS, 1967). Segundo Flick (2004), a pesquisa realizada por meio da *Grounded Theory* busca a partir dos dados empíricos e do campo em estudo, a descoberta de teoria substantiva que explique os fenômenos e processos sociais encontrados naquela dada situação ou caso. A teoria substantiva difere da teoria geral por ser aplicável em uma dada situação circunscrita, aquela representativa da realidade dos sujeitos estudados (ICHIKAWA, 2002). De acordo com Merton (1910-2003) as tentativas de construção de sistemas teóricos totais que pretendem cobrir todos os aspectos da vida social são menos úteis para a sociedade atual do que a concepção de teorias sociais de médio alcance como solução a estas posições extremas. As Teorias de Médio Alcance (*Theories of the Middle Range*), assim como as teorias gerais, também envolvem abstrações, porém são sempre apoiadas por dados empíricos observados (MERTON, 1996). Cabe ressaltar que Barney Glaser teve forte influência do pensamento de Merton na medida em que foi treinado por Paul Lazarsfeld, um inovador dos métodos quantitativos (REETLEY, 2003), parceiro de Merton na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, da década de 1940 a 1960 (COLE, 2004).

Apesar da *Grounded Theory* ter sido apresentado por Glaser e Strauss em 1967, foi nos últimos quatro anos que esta metodologia começou a chamar atenção dos acadêmicos brasileiros da área de administração, pois na área da saúde já era bem conhecida.

Um marco foi a pesquisa apresentada por Ichikawa e Santos no Encontro Nacional da ANPAD em 2002. Neste trabalho, as autoras fazem um apanhado histórico sobre o uso e potencialidades deste método no âmbito das ciências humanas. Conforme estas autoras, levantamentos mostram que

pesquisadores brasileiros da área organizacional estão começando a se interessar pela *Grounded Theory*. Cita a publicação de trabalhos sobre mudança organizacional, gestão pública, racionalidade empresarial, o papel do gerente até discussões de ordem epistemológica (ICHIKAWA; SANTOS, 2002).

Também tem sido publicados trabalhos nacionais na área de administração estratégica e gestão de risco (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2003; 2004). Na literatura estrangeira encontramos trabalhos acadêmicos que aplicaram a *Grounded Theory* na Administração em estudos sobre sistemas de informação (ORLIKOWSKI, 1993; FERNÁNDEZ, 2005), reestruturação corporativa (PANDIT, 1996), uso de equipes interdisciplinares (MCCALLIN, 2004), parcerias público-privadas (NOBLE, 2002) e Regionalismo no contexto do Novo Urbanismo (SCHULER, 2001), entre outros.

3.2 O método na *Grounded Theory*

O método proposto pela *Grounded Theory* difere dos outros métodos tradicionais de pesquisa nos pontos relacionados a seguir.

- A geração de teoria substantiva a partir dos dados obtidos, empírica e sistematicamente, é seu principal intuito;
- A análise qualitativa se dá através de método de comparação constante (*Constant Comparative Method*), em processo de pesquisa circular e não linear;
- Devem ser descobertos conceitos e hipóteses relevantes para a área em estudo, ao invés de buscar a verificação precisa de teorias já concebidas (GLASER; STRAUSS, 1967).

Conforme Gil (2003), nas investigações de natureza fenomenológica, as hipóteses são importantes, porém são tratadas como algo que se desenvolve ao longo do processo de pesquisa e não antes.

Colocando de forma sintética, o método na *Grounded Theory* visa a concepção de teorias a partir dos dados obtidos, que são submetidos a uma

técnica de análise comparativa constante. De forma sistemática e comparativa, os dados são codificados e categorizados, agrupados e reagrupados num exercício de fragmentação e reagrupamento, até que se encontre uma categoria central (*core category*) que serve de eixo condutor para todos os conceitos, alinhando-os e organizando-os para formar a teoria (GLASER, 1967; 1978; 2004).

3.3 Os princípios da *Grounded Theory*

Noble (2002) coloca que princípios fundamentais devem ser seguidos para realização de uma pesquisa com base no método da *Grounded Theory* clássica ou ortodoxa, linha adotada no presente estudo. Os termos “clássico”, “ortodoxo”, “glaseriano” e “straussiano” surgiram em decorrência do aparecimento de duas vertentes de *Grounded Theory* a partir das divergências entre seus dois criadores, Barney Glaser e Anselm Strauss (BABCHUCK, 1997; NOBLE, 2002; ICHIKAWA; SANTOS, 2002; REETLEY, 2003; STERN 1994 apud FERNÁNDEZ, 2004). Glaser pertencia à Universidade de Columbia e Strauss, à Universidade de Chicago. Apesar de terem juntado esforços para lançar o livro *The Discovery of Grounded Theory* em 1967, obra que apresentou a metodologia da teoria fundamentada nos dados para a comunidade científica mundial, Glaser e Strauss começaram a divergir na forma como encaravam questões operacionais da pesquisa, entre outros pontos. Estas diferenças na forma de entender e aplicar a *Grounded Theory* começaram a ficar mais evidentes a partir das publicações seguintes, sozinhos ou juntos com outros autores, principalmente após o lançamento do livro de Strauss e Corbin *Basics of Qualitative Research – Techniques and procedures for developing Grounded Theory* em 1990 e em seguida a resposta de Glaser com *Emergence versus Forcing - Basics of Grounded Theory Analysis* em 1992 revelando clara separação metodológica e epistemológica entre os dois acadêmicos (BABCHUCK, 1997; NOBLE, 2002; ICHIKAWA; SANTOS, 2002). Segundo Noble (2002), os dois modos de se fazer *Grounded Theory* diferem basicamente no paradigma de codificação. Babchuk (1997) enfatiza entre

outros pontos, o predomínio em Glaser da ênfase na geração de teoria ao passo que Strauss e Corbin o fazem na verificação e validação da teoria.

O presente estudo adapta-se mais ao paradigma de codificação de Glaser sendo, portanto, o referencial clássico de *Grounded Theory* o escolhido para esta pesquisa. Desta forma, os princípios fundamentais que norteiam os procedimentos deste trabalho são: a concepção da teoria com base nos dados obtidos; a mente livre de idéias pré-concebidas; a sensibilidade teórica; o princípio da amostragem teórica; o uso do método de comparação constante na análise dos dados e o processo de pesquisa não - linear (NOBLE, 2002).

- *A concepção da teoria com base nos dados obtidos*: refere-se à geração indutiva de teoria através de dados empíricos e não a verificação ou validação de determinada teoria existente. Novas teorias têm a intenção de ampliar a área de conhecimento científico sobre o assunto, desenvolvendo novas questões e levantando novas hipóteses, levando a diferentes níveis de aprofundamento sobre o fenômeno social. A teoria gerada deve emergir dos dados e não ser concebida previamente e então forçada a se encaixar nos dados (GLASER, 1978; NOBLE, 2004).

- *A mente do pesquisador deve estar tão livre de idéias pré-concebidas quanto possível*: Glaser (1978) afirma que o pesquisador deve estar livre de qualquer obstáculo que restrinja o processo de conceituação a partir dos dados emergentes. Ou seja, ao entrar em campo, a mente do pesquisador deve estar aberta o suficiente para permitir a descoberta de novos conceitos ao invés de restringir a procura somente a aqueles conceitos que lhe são familiares ou fazem sentido, de acordo com alguma teoria já conhecida (NOBLE, 2004).

- *Sensibilidade teórica*: é a habilidade do pesquisador em pensar conceitualmente sobre os padrões de comportamento que se descobre nos dados ao longo da pesquisa. É um exercício constante de abstração e transcendência entre a narrativa descritiva do entrevistado e a conceituação dos eventos, significados e afirmações. Em outros termos, se o pesquisador vai

a campo com uma teoria pré-definida, ele empobrece sua sensibilidade teórica (GLASER; STRAUSS, 1967; GLASER, 1978; ICHIKAWA; SANTOS, 2002). Este perfil específico do pesquisador e sua habilidade em reconhecer e elaborar teoricamente os *insights* ao longo da pesquisa (ICHIKAWA; SANTOS, 2002) se constitui em uma das limitações neste tipo de estudo.

- *O princípio da amostragem teórica*: Segundo Glaser (1978), a amostragem teórica é o processo de coleta de dados para gerar teoria, onde o pesquisador, de forma articulada, coleta, codifica e analisa seus dados. Decide que dado colher na seqüência e onde encontrá-lo, com o objetivo de desenvolver a teoria emergente. A teoria emergente é o que guia o processo de coleta da amostra. Ou seja, a amostragem é controlada a cada caso coletado. Através da análise comparativa constante, o pesquisador vai gerando hipóteses e escolhendo o próximo grupo a ser entrevistado para preencher as lacunas teóricas (GLASER; STRAUSS, 1967; GLASER, 1978).

- *Uso do método de comparação constante na análise dos dados*: representa o método fundamental de análise de dados na *Grounded Theory* clássica (NOBLE, 2004). Na metodologia tradicional de pesquisa, determina-se uma amostragem prévia à etapa da coleta de dados sendo que a análise formal só é realizada após o término da coleta total dos dados. Na *Grounded Theory*, devido ao uso do método de análise comparativa constante, a cada caso coletado (entrevista) o pesquisador organiza os eventos (incidentes) ou seja, as afirmações do entrevistado que são relevantes para a questão da pesquisa, codifica-os e analisa-os para que se possa decidir qual será próximo caso, com base em relevância para a emergência da teoria (NOBLE, 2004; GLASER; STRAUSS, 1967).

- *Processo de pesquisa não-linear*: segundo Nobel (2004), ao utilizar a metodologia clássica da *Grounded Theory*, o pesquisador vai mover-se entre as diversas etapas do processo de pesquisa, principalmente entre a coleta e a análise e vice-versa, não existindo portanto uma característica linear e sim

cíclica ou circular (Flick, 2004). Segundo este autor, ao mesmo tempo em que essa circularidade causa problemas por não representar o paradigma tradicional utilizado na avaliação das pesquisas acadêmicas, é também o ponto forte desta abordagem, pois obriga o pesquisador a refletir constantemente sobre o processo de pesquisa como um todo.

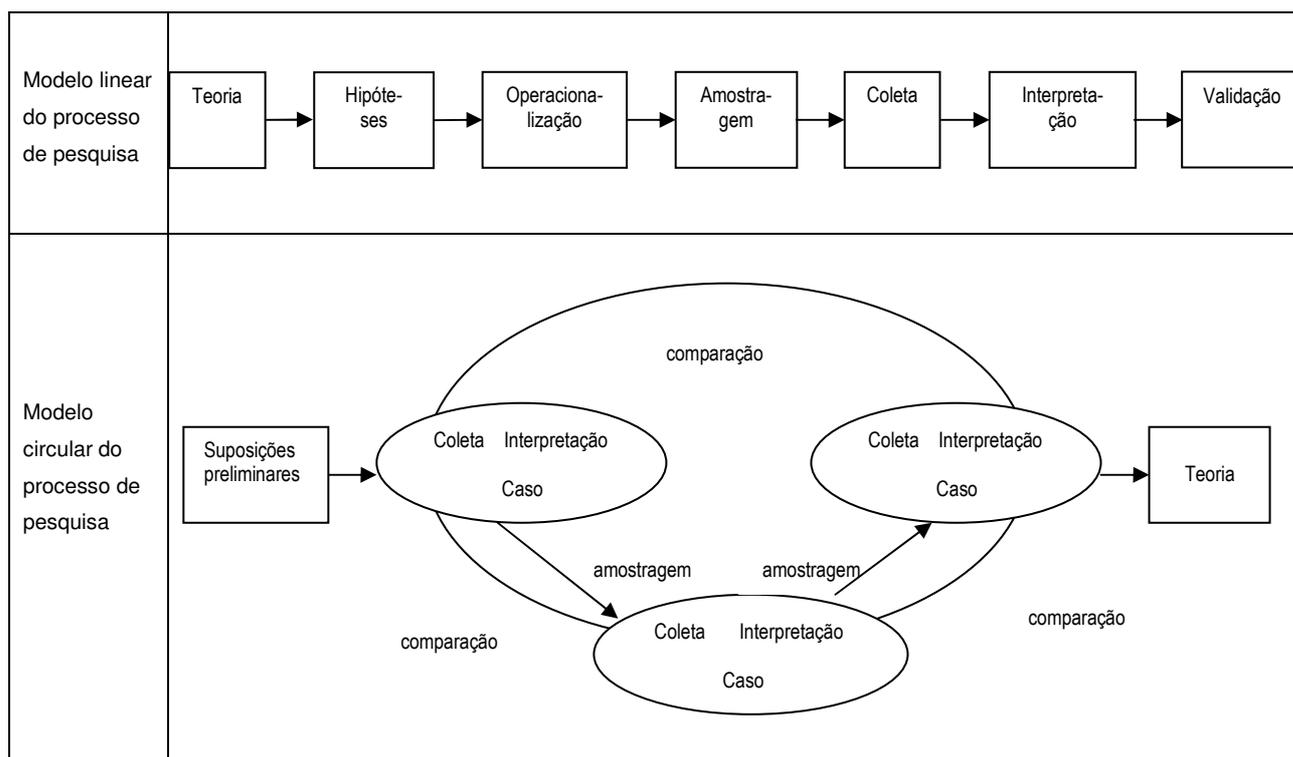


Figura 1: Modelos de processo de pesquisa e teoria. Fonte: FLICK, 2004, p. 61.

3.4 Os procedimentos para a coleta de dados e amostragem teórica na *Grounded Theory*

O processo de escolha dos entrevistados

A amostragem na *Grounded Theory* é determinada pelas necessidades impostas pela teoria que se pretende elaborar. A amostra não é dimensionada *a priori* e então operacionalizada. O procedimento para a coleta de dados é

baseado no que Glaser e Strauss (1967) chamam de amostragem teórica (*theoretical sampling*). A amostra vai sendo construída ao longo do processo de pesquisa, de forma dinâmica e flexível. O critério básico para que um grupo ou um sujeito seja escolhido como parte da amostra teórica deve ser o propósito, a relevância teórica para o desenvolvimento das categorias e conceitos. Em outros termos, a amostragem teórica objetiva sempre maximizar a oportunidade de se comparar incidentes (afirmações) em uma categoria (conceito), em termos de suas propriedades e dimensões.

No presente estudo, não foram definidos quantos depoimentos seriam necessários para o cumprimento do objetivo de pesquisa, mas foram delineados tipos de pessoas que deveriam ser entrevistados, pelas características contextuais e históricas da sociedade presente na Região do Grande ABC.

Decidiu-se que este estudo traria um recorte social representado por pessoas da área político-administrativa, comercial, profissionais liberais, empresários, sindicalistas, professores, líderes na sociedade civil, acadêmicos, cientistas sociais, profissionais da imprensa e comunicação, técnicos ligados às instituições de desenvolvimento regional e outros perfis que se fizessem necessários ao longo do processo de conceituação e construção teórica. Os entrevistados residiam e/ou tinham atividade profissional em uma das sete cidades que compõe a Região do Grande ABC. Os dados foram colhidos entre dezembro de 2004 a dezembro de 2005. As entrevistas foram realizadas em diversos locais nas sete cidades da Região e também na cidade de São Paulo.

Os primeiros participantes e os grupos subseqüentes

Segundo Glaser (2001 apud NOBLE, 2002), sugere-se que o critério de seleção para os primeiros participantes seja o fato de que se acredite que eles tenham algum conhecimento e domínio sobre a área estudada. Sendo assim, na primeira etapa deste estudo, o objetivo era captar o maior número possível de códigos e incidentes relacionados à consciência regional. A amostragem

teórica foi sendo então formada ora por similaridades entre os atores entrevistados, ora por contrastes. Foram entrevistados atores sociais que residem e trabalham na região. Foram também entrevistadas pessoas que trabalham, mas não residem na região e o contrário, que residem, mas não trabalham na região. Foram entrevistados residentes das sete cidades do Grande ABC. Entre estes atores, havia leitores regulares de jornais regionais e outros que não tinham este hábito. Quanto à atividade profissional, a maioria exerce ou já exerceu mais de um tipo de atividade em mais de uma cidade do Grande ABC, sendo então difícil classificá-los por critério profissional ou por cidade (por exemplo, docente, consultor e agente público, advogado, gerente e presidente de clube de serviços, sindicalista e agente público, médico e empresário, etc.). De qualquer modo, o estudo procurou trazer um recorte de perfis profissionais que pudessem representar o pensamento regional no Grande ABC para a concepção da teoria substantiva que se pretendia alcançar.

Os grupos subsequentes foram sendo escolhidos com base nos conceitos e categorias emergentes, relevantes para a concepção teórica em questão. Glaser e Strauss (1967) sugerem que se tenha certa homogeneidade no início da amostragem teórica até que se tenha conseguido encontrar as categorias básicas e suas propriedades. Sendo assim, na segunda etapa da amostragem teórica, a fase de codificação seletiva, o estudo procurou descobrir onde poderiam ser encontradas novas categoriais ou conceitos. Foram então entrevistados atores que ocupam ou ocuparam cargos de liderança nas instituições ou nos projetos regionais do Grande ABC.

Em determinado ponto do processo de amostragem teórica, existiu a necessidade de se identificar contrastes visando a emergência de novas categorias ou variáveis. Desta forma, foram então investigados, desde grupos de pessoas consideradas especialistas até cidadãos comuns, sem cargo político-administrativo ou envolvidos diretamente no projeto regional.

As categorias descobertas foram então saturadas e a concepção da teoria substantiva pode ser finalizada.

O ponto de saturação teórica

O critério utilizado para cessar a coleta de dados denomina-se *saturação teórica* (GLASER; STRAUSS, 1967).

Significa que nenhum dado adicional relevante para a compreensão da categoria ou do grupo está sendo encontrado. Portanto, apresenta-se bem desenvolvida em termos de suas propriedades e dimensões, assim como as inter-relações entre elas, bem estabelecidas. Ou seja, está havendo repetição nos achados.

Neste estudo, o ponto de saturação teórica ocorreu na vigésima sexta entrevista.

O método de coleta dos dados

A *Grounded Theory* é uma metodologia que pode ser utilizada com uma variada fonte de dados (SCHULER, 2001). Este estudo adotou como procedimento para a coleta de dados na fase inicial, a entrevista semi-estruturada gravada. Os participantes consentiram a gravação, exceto um que pediu que fossem anotadas as suas opiniões e não gravadas, por sentir constrangimento diante do aparelho. Cada depoimento foi considerado um caso. Durante a entrevista, o foco foi mantido no assunto “Região do Grande ABC”. O entrevistado foi estimulado a iniciar o depoimento contando seu histórico pessoal em relação à região (onde mora, há quanto tempo, onde trabalha, atividade profissional, afetividade em relação à região, se participa de iniciativas comunitárias, se costuma fazer compras na região, filhos estudam na região, entre outros aspectos). A seguir, foram utilizadas perguntas norteadoras: “Como você vê na atualidade a Região do Grande ABC?” e “O que faz com que você perceba a região dessa forma? Por que a vê assim?” Caso o entrevistado não citasse aspectos relacionados ao desenvolvimento sócio-econômico da região como um todo, abrangendo oportunidades de negócio e trabalho, qualidade de vida e as articulações políticas e

administrativas para o desenvolvimento regional, era estimulado a falar sobre estes temas.

Já na fase final do processo de coleta de dados, foi utilizada a entrevista aberta, também gravada, com o intuito de saturar os principais conceitos encontrados e selecionados por relevância teórica.

Cada entrevista foi transcrita tão logo quanto possível após cada gravação. Foram também elaborados memorandos teóricos com as impressões do pesquisador ao fim de cada entrevista. Um *software* redator de texto (Word da Microsoft) foi utilizado para esta tarefa de transcrição.

3.5 Procedimentos de análise

Para esta pesquisa não foram adotados *softwares* específicos de análise de conteúdo e codificação, geralmente utilizados em pesquisas qualitativas. A literatura mostra que nem sempre se mostram tão úteis quanto se imagina e nem eliminam a tarefa do pesquisador de criar códigos e categoriais (FLICK, 2004). Além disso, conforme Bandeira-de-Mello e Cunha (2004), podem trazer o risco de alienação do pesquisador, tornando a análise mecânica e distanciando-a da essência dos dados.

Neste estudo, optou-se por tratar os dados de forma manual para potencializar o contato do pesquisador com o método, assim como, lidar diretamente com cada etapa da codificação dos eventos, ações e afirmações presentes nos discursos dos participantes.

Processo de codificação teórica e categorização dos dados

A conceituação dos dados através do processo de codificação é o fundamento para se desenvolver a *Grounded Theory* (GLASER, 1978).

Utilizando o método de análise comparativa constante, os incidentes vão sendo analisados e codificados para gerar categorias. A codificação conceitual é, portanto o elo entre os dados e a teoria que se pretende conceber. Esse processo é composto, segundo a visão clássica de Glaser (1978, p. 55), por

“codificação substantiva” e “codificação teórica”. A codificação substantiva se dá em duas etapas: codificação aberta e codificação seletiva.

Codificação Aberta

A codificação aberta é o início da etapa de tratamento dos dados, significa iniciar o processo de conceituação no seu primeiro nível de abstração (GLASER, 1978). O pesquisador faz uma varredura no texto, linha por linha, e extrai livremente tantos códigos quanto possível. Deve ser realizada a cada entrevista finalizada. Nesta etapa, os dados são fragmentados para a identificação das menores unidades de análise contidas nos discursos dos entrevistados. Glaser (1978) apresenta um conjunto de questões que ajudam a guiar o processo de codificação aberta.

São elas:

- Este dado é sobre o que?
- Este incidente refere-se a que categoria ou que parte da teoria emergente?
- O que está ocorrendo realmente com este dado?
- Quais são as principais questões que estão sendo colocadas pelo entrevistado?
- O que é relevante, o que considerar para a resolução disso?

Os dados codificados um a um são então separados, podendo ser impressos em quadros para facilitar sua visualização e análise. Glaser (2004) orienta que nesta etapa não deve haver uma preocupação em se selecionar os códigos que se acredita que estejam relacionados diretamente ao tema do estudo. Recomenda-se que sejam codificados tantos incidentes quanto possíveis. Segundo Noble (2002), incidentes são eventos, ações ou afirmações contidas nos discursos dos participantes.

Em seguida, ocorre o processo de reflexão sobre cada código atribuído aos dados identificados. Então são separados por afinidade, semelhança, relação ou complementação de idéias e agrupados em categorias. Não só as entrevistas transcritas devem gerar códigos e categorias, mas também, as

anotações de campo e memorandos, assim como arquivos documentais. Segundo Glaser (2004), também nesta etapa do processo, devem ser geradas tantas categoriais quanto possíveis. Ao longo do processo, as categorias centrais do estudo vão sendo identificadas como variáveis essenciais ou centrais (*core variable*). As variáveis centrais aparecem de forma recorrente nos dados e parecem representar um padrão estável, cada vez mais relacionado às outras variáveis. Elas se tornam então o foco da próxima etapa, a codificação seletiva, cujo ponto principal é a descoberta da categoria central (*core category*) (GLASER, 2004).

Codificação Seletiva

A fase de codificação seletiva é marcada pelo encerramento da codificação aberta e pela delimitação do processo de codificação somente a aquelas variáveis essenciais, as variáveis centrais, significativas o suficiente para a geração de uma teoria parcimoniosa, mas consistente (GLASER, 1978; 2004).

Dessa forma, a análise prossegue guiada por estas variáveis centrais (*core variable*). O foco do processo de coleta e amostragem teórica passa a ser o aprofundamento e a melhor compreensão das variáveis centrais dentro do contexto global da pesquisa (GLASER, 1978). A descoberta da categoria central passa a ser a principal preocupação do pesquisador neste ponto.

Categoria central (*core category*) é aquela em torno da qual todos os outros conceitos são organizados. Serve de eixo condutor para a concepção da teoria. É a categoria principal, a que tem a função de integrá-la, dando à teoria gerada o poder de explicar o fenômeno estudado e articular todas as outras variáveis centrais encontradas ao seu redor (FERNÁNDEZ, 2004).

Codificação Teórica

A etapa de codificação teórica envolve a conceituação do inter-relacionamento entre as categorias (NOBLE, 2002). Segundo Glaser (1978), é o momento de alinhar, de juntar novamente os dados fragmentados.

Vale ressaltar que Glaser (2004) explica que existe a possibilidade de intercambiamento entre códigos (ou incidentes). Ou seja, um código teórico pode servir como indicador de um ou mais conceitos. Nesse caso, vale rever suas propriedades e decidir em qual deles se encaixa melhor até que se alcance o nível de saturação.

Os conceitos constituem os blocos para construção das teorias (*building blocks*). Para Selltiz (1974), o conceito é uma abstração a partir de acontecimentos percebidos. É a representação de objetos ou fatos. De acordo com McClelland (1951 apud SELLTIZ, 1974, p. 48), o conceito é uma representação resumida de uma diversidade de fatos cujo objetivo é simplificar o pensamento, ao colocar alguns acontecimentos sob um mesmo título geral.

Os conceitos e categorias na Grounded Theory são apresentados no gerúndio como forma de refletir o caráter dinâmico e a natureza evolutiva dos processos sociais a que se referem (Glaser, 1978).

Memorandos teóricos

Tão importante quanto o processo de codificação é a elaboração freqüente por parte do pesquisador de memorandos pré-teóricos. Ao longo do processo de análise comparativa constante, o pesquisador tem *insights*, questões, proposições e hipóteses em relação aos dados que precisam ser anotados de forma sistemática e contínua (GLASER, 1978; NOBEL, 2002). Os memorandos teóricos auxiliam no processo de articulação teórica. Eles são notas teóricas sobre os dados e as conexões conceituais existentes entre categorias. O exercício de se escrever memos teóricos é um estágio essencial no processo de concepção de uma teoria neste tipo de metodologia.

Durante este estudo, memorandos teóricos foram gerados a cada entrevista realizada.

Através do processo denominado ordenação teórica (*theoretical sorting*), o pesquisador organiza de forma integrada os elementos conceituais da teoria embasada nos dados. Os memorandos teóricos são elementos fundamentais para se fazer *Grounded Theory*. Glaser (2004) afirma que eles são a chave no processo de formulação da teoria para apresentação e relatório.

Detalhamento do processo de codificação teórica e categorização dos dados

No intuito de exemplificar de forma mais detalhada como o método de indução da teoria substantiva a partir de dados empíricos ocorreu na presente pesquisa, foi escolhida uma das categorias teóricas, aleatoriamente, para demonstrar o processo de sistematização utilizado. Visa também, ilustrar o alcance progressivo do grau de abstração necessário para a elaboração da teoria através da metodologia da *Grounded Theory*.

As pesquisas que utilizam a *Grounded Theory* caracterizam-se normalmente pela geração de um grande volume de dados, tornando difícil o relato do processo completo de tratamento de todas as categorias reveladas e analisadas no estudo. O conceito “inter-relação e interdependência” foi escolhido para exemplificar as etapas da análise de dados e os procedimentos metodológicos que se repetiram a cada categoria encontrada. Aqui o processo indutivo não pode ser reportado completamente, uma vez que não se trata de um processo de pesquisa linear. O pesquisador é obrigado a avançar e a retroceder na análise, na medida em que novos dados emergem, categorias vão sendo agrupadas ou subdivididas e o processo de conceituação avança para o desenvolvimento da teoria.

Análise de dados

Como exposto anteriormente, a análise de dados ocorreu a cada entrevista obtida, através de um processo de “quebra” do conteúdo do discurso em pequenos recortes analíticos. Esta etapa denomina-se “**codificação aberta**”. O pesquisador deve percorrer linha por linha dos textos derivados das

entrevistas a procura de “incidentes” significativos. Incidentes são considerados eventos, ações ou afirmações, revelados através do discurso do participante. A *Grounded Theory* é baseada no modelo “conceito-indicador” (GLASER, 1978), que direciona o processo de codificação conceitual através de um conjunto de indicadores empíricos, demonstrado na figura 4.

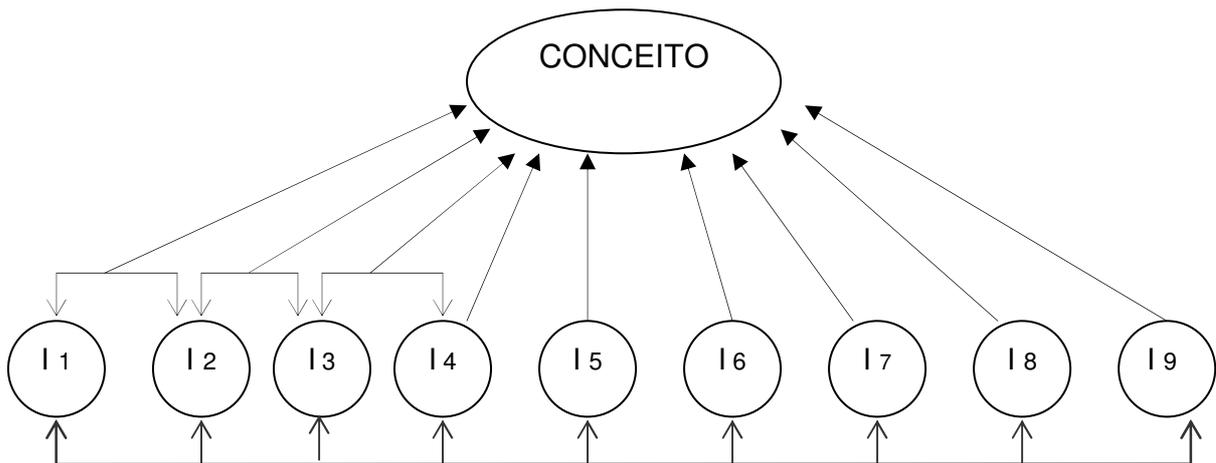


Figura 2 – O modelo de construção de conceitos e indicadores.
Adaptado de Glaser (1978) e Fernández (2004).

Foram selecionados trechos de entrevistas diferentes para exemplificar os procedimentos técnicos utilizados na codificação do conceito “inter-relação e interdependência”.

Entrevista 4 - Fevereiro de 2005.

Neste trecho de entrevista, um jornalista residente na Região do Grande ABC está tecendo comentários sobre aspectos que considera importantes para o desenvolvimento sócio econômico regional. Cita sua preocupação com o binômio “condições ideais de vida e nível de violência” e com a integração política regional.

... e a violência não é importada. É muito difícil. Ela está aqui. Mas ela pode vir do município vizinho. Então, eu tenho que me unir com o meu vizinho, com as minhas fronteiras, e tentar resolver esses problemas....Eu acho que você tem sete municípios, você tem sete prefeitos até de partidos diferentes, mas que podem se unir e fazer daquela região é ... ter políticas próprias para ela. Mostrar para o país que, olha, lá existe uma organização sócio-político-econômico-financeira, que pode servir de modelo para o Brasil. Eu acho que isso é muito importante.”

Este pequeno trecho de entrevista gerou uma série de códigos abertos relacionados à categoria “inter-relação e interdependência”, que se encontram sublinhados:

- a violência pode vir do município vizinho;
- unir-me com o vizinho para tentar resolver problemas comuns;
- uma cidade depende da outra para resolver problemas comuns;
- questão regional deve prevalecer sobre interesses partidários;
- ter políticas próprias para ela;
- Grande ABC como modelo regional para o país;
- inovação no modelo de gestão regional.

Os códigos abertos podem ser representados nas mesmas palavras que o entrevistado utilizou, ou podem ser codificações conceituais elaboradas pelo pesquisador, com base em incidentes que podem estar implícitos no discurso (GLASER, 1978). Neste exemplo, encontram-se os dois casos.

Entrevista 6 – Março de 2005.

Neste outro trecho, um sindicalista e agente público, expõe seu ponto de vista sobre formas de articulação para fortalecer a região.

“As articulações em torno dos projetos regionais tem envolvido os atores locais a reunirem-se em torno dos problemas comuns que de alguma forma, afetam a região, não somente uma cidade ou outra. Afinal de contas, praticamente a proximidade as torna quase que uma coisa só. Fica impossível tratar os problemas isoladamente. Mas até então, cada um via com mais ênfase a sua realidade. Agora, de uns anos para cá, se observa um melhor amadurecimento dos atores envolvidos. Não está perfeito, mas está melhorando”.

Este trecho gerou vários códigos abertos, dentre eles:

- articulação em torno de projetos regionais
- envolvimento de atores locais
- reunindo atores em torno de problemas comuns
- afetam a região, não somente uma cidade ou outra
- proximidade das cidades quase as torna uma coisa só
- Impossível tratar problemas isoladamente
- antes cada cidade dava mais ênfase à sua realidade
- amadurecimento dos atores
- não está perfeito, mas está melhorando

Os códigos sublinhados estão relacionados ao conceito “inter-relação e inter-dependência”.

Entrevista 18 - Setembro de 2005.

Este trecho de entrevista originou-se da participação de um docente e executivo na gestão pública que aqui expõe sua visão sobre a Região do Grande ABC.

“...[espero] que a região perceba que ninguém é feliz sozinho. Não dá para um município ou dois ou três serem felizes e o resto não ser. Isso contamina, isso não tem como. Basta olhar para os contornos e a influência que uma cidade tem sobre a outra, inclusive a periferia de São Paulo, que acaba invadindo, que acaba usando os equipamentos e acaba usando os serviços e contamina,

contamina mesmo. Ou você resolve um problema do conjunto ou ninguém vai conseguir sozinho resolver suas questões”.

Os códigos abertos gerados por esta parte da entrevista estão listados a seguir. Foram sublinhados aqueles que pertencem à categoria que está sendo exemplificada.

- região deve perceber que ninguém é feliz sozinho
- um município contamina o outro pela sua proximidade
- uma cidade tem influencia sobre a outra
- a periferia de São Paulo também influencia a Região do Grande ABC
- uma cidade usa os equipamentos e os serviços de outra pela proximidade
- resolver os problemas comuns em conjunto, isoladamente não será eficaz

Entrevista 22 – Dezembro de 2005.

Este trecho foi extraído de uma entrevista realizada com um executivo da mídia impressa e consultor na área política e empresarial.

“... as pessoas através de suas lideranças e através de suas entidades representativas, manifestaram um conjunto de necessidades que só poderiam ser atendidas se houvesse integração. .. você revitalizaria economicamente a região se você tivesse claramente uma ação coordenada aí entre os diferentes municípios para que eles não ficassem brigando entre si e entre os municípios como bloco e o estado e o Governo Federal. “

Os códigos abertos gerados foram:

- pessoas manifestaram-se através de suas lideranças e entidades representativas
- necessidades que só poderiam ser atendidas se houvesse integração
- revitalização econômica através de ação coordenada entre os municípios, esfera estadual e federal

Na etapa inicial da análise, os códigos gerados (abertos) têm natureza descritiva. Entretanto, são o primeiro passo para o processo de conceituação. Através da análise comparativa constante, procurou-se por similaridades e diferenças em cada incidente e em cada código encontrado. Quando as perguntas-chave recomendadas por Glaser (1978) foram aplicadas a cada um dos códigos abertos sublinhados (*Este dado está se referindo a que? Em que categoria este incidente ou código se encaixa? O que está realmente acontecendo com os dados?*), ficou aparente que um elemento ligado ao fenômeno da consciência regional era a compreensão da relação de dependência mútua entre as cidades da região, inclusive com os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, da qual o Grande ABC é parte integrante. Na *Grounded Theory*, as categorias são nomeadas de acordo com o padrão de comportamento que elas traduzem (Glaser, 2001 apud NOBLE, 2002). Esta categoria foi então denominada “Reconhecendo a inter-relação e a interdependência”.

Na medida em que as categoriais foram sendo descobertas, percebeu-se a cada entrevista codificada que uma repetição no padrão de dados começou a apontar a possibilidade do início da etapa de codificação seletiva. Em outros termos, todos os códigos encaixavam-se em alguma categoria encontrada.

A fase de **codificação seletiva** objetiva direcionar o foco da coleta e da análise na direção dos elementos considerados essenciais para a concepção teórica. Embora dados interessantes e ricos em conteúdo tenham sido encontrados durante a etapa inicial de análise (codificação aberta), somente aqueles diretamente relacionados à elaboração da teoria substantiva são considerados a partir deste ponto, ou seja, há uma delimitação em torno das variáveis essenciais e mais significativas. Estas variáveis essenciais passam a

guiar a coleta de dados e a amostragem teórica deste ponto em diante (GLASER, 1978). No exemplo que está sendo utilizado, perguntou-se aos entrevistados seguintes como eles viam a relação entre as sete cidades do Grande ABC. O pensamento de um destes entrevistados, agente público e um dos líderes nos projetos de cooperação regional encontra-se no trecho a seguir.

Entrevista 26 – Dezembro de 2005

“...nós temos os nossos problemas também e são problemas comuns às outras cidades. Problemas comuns às cidades metropolitanas. Então nós não podemos enxergar que nós temos a solução dentro de nosso próprio umbigo. As nossas resoluções passam pelos limites extras do município.... A população tem que entender que por melhor que seja a cidade, nós temos dificuldades em nosso entorno que fazem parte de um critério regional. E que não é mais possível a gente fechar os olhos para o que está acontecendo do outro lado do rio. Isso é absolutamente ilusório. Nós precisamos ter idéia de que esse processo... é um processo que começa numa ponta do ABC, vai até a outra ponta do ABC e extrapola inclusive os limites do ABC.”

As últimas entrevistas que fizeram parte da amostragem teórica tiveram seu foco direcionado pela codificação seletiva.

Os códigos gerados por este trecho de entrevista, relacionados com a categoria “Reconhecendo a inter-relação e a interdependência” foram:

- nossos problemas são também os problemas das outras cidades
- as nossas resoluções passam pelos limites extra-município
- os problemas devem ser resolvidos com critério regional
- não se pode fechar os olhos para o que está acontecendo com as outras cidades
- problemas afetam a região como um todo, extrapolando inclusive os seus limites

Através desta entrevista e de outras, percebeu-se que nenhum aspecto novo se revelava em relação à categoria “Reconhecendo a inter-relação e a interdependência”. Este foi considerado o ponto de saturação em relação à categoria exemplificada.

Ao final do processo de análise, a categoria “Reconhecendo a inter-relação e a interdependência” foi reagrupada e integrada à categoria central deste estudo: “Compreendendo a Interação Sinérgica Regional”, descrita na sessão seguinte deste trabalho (“Apresentação dos Resultados”).

Memorandos teóricos

Os memorandos teóricos são os instrumentos que auxiliam o pesquisador no processo de articulação da teoria. É através da elaboração sistemática e contínua de memorandos pré-teóricos que o pesquisador vai organizando suas anotações teóricas, observações, hipóteses, proposições e conexões conceituais entre as categorias descobertas através dos dados.

Um exemplo de memorando teórico é demonstrado a seguir.

Categoria: Reconhecendo a inter-relação e a interdependência

Memo: Existe uma inter-relação e uma interdependência entre as cidades da região. O que ocorre em uma cidade causa influência nas outras e, sendo assim, existe uma dependência mútua entre elas para a resolução de seus problemas comuns. A gestão e os projetos devem ocorrer de forma integrada. Quando um indivíduo compreende estes conceitos, possui um nível superior de entendimento sobre a dinâmica regional e conseqüentemente, uma maior consciência acerca da região, com conhecimento amplo sobre o Grande ABC e os motivos que levaram aos seus atuais projetos de cooperação regional.

4 RESULTADOS

O processo de concepção da teoria substantiva proposta pelo estudo exigiu a captação de vinte e seis depoimentos individuais com o que se atingiu o ponto de saturação teórica, totalizando cerca de 520 minutos de gravação.

A transcrição e a codificação aberta ocorreram logo após o término de cada entrevista. Foram descobertos 437 códigos nesta fase inicial. Os códigos abertos foram então agrupados por categorias.

Na fase de codificação seletiva, foram geradas 30 categorias conceituais. Na última etapa, a da codificação teórica, os conceitos foram reagrupados e foi encontrada a categoria central (*core category*).

A comparação e a análise dos dados permitiu compreender que a consciência regional é resultado de múltiplos elementos que influenciam a forma como o indivíduo percebe a Região do Grande ABC. A exposição a diferentes estímulos, o cotidiano vivido pelo indivíduo e seu interesse pelo tema regional produzem diferentes imagens da região, dentro de um processo dinâmico de construção de realidade.

Os dados revelaram que a consciência regional tem uma relação direta com o conhecimento que o indivíduo possui. Este conhecimento regional, que é socialmente construído, têm no interesse e na motivação do indivíduo dois fatores essenciais para que ocorra o processo de aquisição e apreensão desse conhecimento. Portanto, não basta ter acesso à informação e ao conhecimento. É preciso querer entender os mecanismos da dinâmica regional.

O conhecimento socialmente construído acerca do tema, advém tanto das fontes clássicas como escolas, livros, periódicos acadêmicos, revistas, jornais e outras mídias, como por exemplo, a Internet, quanto daquele apreendido nas relações sociais, na interação com o outro. Nesse contexto, o aprendizado do cotidiano se faz tão significativo (ou mais) do que outras formas de aprendizagem.

Esse “querer saber e compreender a região e a regionalidade”, depende do interesse pessoal e da motivação individuais para o assunto. Mesmo que exista uma intersubjetividade presente, ou seja, uma influência do outro, deve existir uma disposição individual em receber, valorizar e organizar o conhecimento apreendido.

A motivação pela questão regional pode relacionar-se a atributos afetivos / emocionais e/ou racionais.

Os emocionais estão relacionados aos conceitos de ajuda ao próximo, de solidariedade, de preocupação social com o outro, do bem estar coletivo, do orgulho da região, da troca de experiência para o ganho coletivo, da preocupação em se preparar jovens para o exercício da cidadania com melhor consciência regional, da equidade social.

Os atributos racionais estão relacionados à segurança, controle da violência, diminuição da desigualdade social, maior efetividade na resolução de problemas urbanos, construção de um marketing regional positivo para atrair novos investimentos e projetos, aumento da competitividade da região no mercado nacional e internacional, e ao marketing político.

Os dados revelados pela pesquisa mostram que o interesse pelo tema regional está relacionado a diversos fatores. Podem ser políticos, ideológicos, sociais, profissionais, econômicos, acadêmico-científicos, afetivos, ou ainda uma associação destes fatores. Quanto maior o número de fatores causais, maior interesse e motivação por adquirir conhecimento regional. Além destes, incluem-se também os interesses e vantagens pessoais.

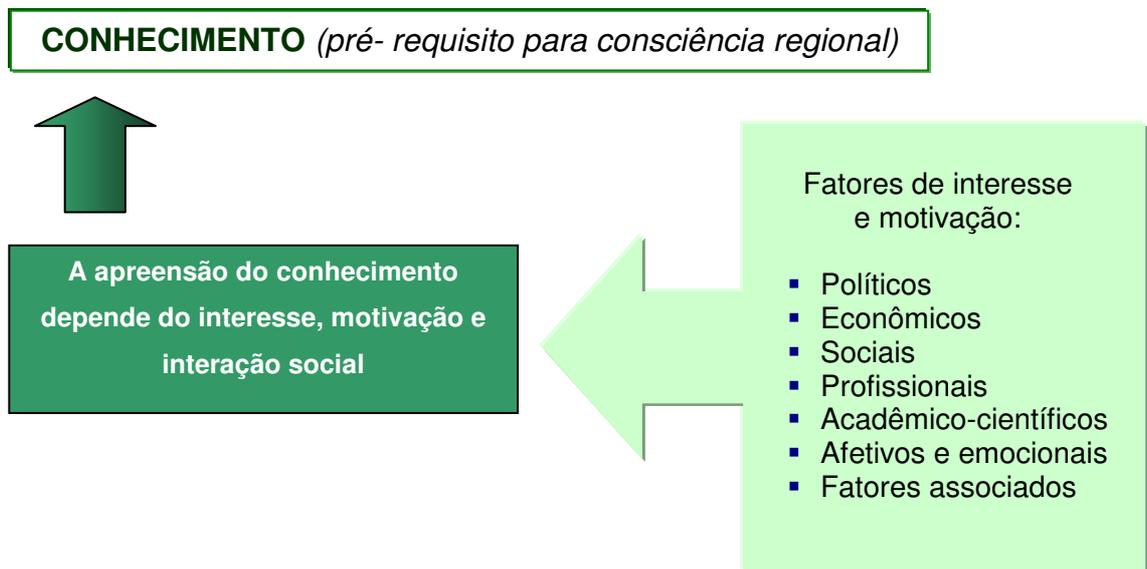


Figura. 3 Fatores relacionados ao interesse e motivação para apreensão do conhecimento regional.

Consciência regional é algo que pode ser modificado ou ampliado através do conhecimento. Porém esse conhecimento depende do interesse e da motivação do indivíduo pelo tema regional. Esse conhecimento regional é construído gradativamente, se houver significação para o indivíduo.

Conhecimento aqui é entendido como algo mais do que a simples captação da informação. Conhecer pressupõe que o indivíduo recebeu informações, processou-as em sua mente dando-lhes significado, organização e correlação, ou seja, houve uma elaboração de idéias e pensamentos através do raciocínio e do senso de utilização para ele.

Mas consciência é algo mais do que conhecimento. É a interação entre esse conhecimento que o indivíduo tem com o objeto, no caso, a região. É essa interação entre seu conhecimento e a região que o faz ter consciência ou não sobre ela.

Os dados revelaram que os atores locais percebem a região de três formas, podendo ser categorizadas em três níveis. No nível inferior de consciência regional, o indivíduo apresenta conhecimento mínimo sobre o

conjunto da região. Possui visão restrita sobre a cidade onde reside e sobre os locais da região onde costuma transitar, conhecendo pouco ou nada da sua infra-estrutura e gestão, inclusive o nome das sete cidades que a compõe. Percebe a região de acordo com a familiaridade que tem com as imagens que vê e com as informações que ouve. Desconhece totalmente as estruturas de cooperação regional. No nível intermediário, existe uma consciência parcial sobre a região, com conhecimento sobre algumas cidades, sua história, seus aspectos econômicos, sociais e políticos, mas não necessariamente sobre mecanismos de articulação política e administrativa na esfera regional. No nível avançado, a consciência regional é plena, com conhecimento amplo sobre aspectos sociais e econômicos da região como um todo, compreensão dos mecanismos estratégicos da regionalidade e dos potenciais efeitos sinérgicos de ações político-administrativas integradas regionalmente. Percebem as ações regionais através de visão crítica, com capacidade de reflexão e avaliação da realidade do conjunto regional.

Esta constatação evidencia que a formação de uma consciência regional plena estaria relacionada a aqueles indivíduos em condição favorável para um exercício de reflexão política e social mais desenvolvido, não necessariamente condição econômica. Esta consciência social e política mais evoluída pode ser considerada condição prévia ao desenvolvimento de sua consciência regional.

A consciência regional não é algo que ocorre naturalmente, precisando então ser estimulada, apoiada e sustentada ao longo do tempo.

O padrão de comportamento e pensamento identificado nos dados possibilitou a elaboração da hipótese fundamental para a concepção da teoria que se almejava obter como resultado deste estudo. Esta hipótese é: “a consciência regional ocorre como conseqüência de um processo dinâmico de aquisição e apreensão de conhecimentos socialmente construídos, evolui enquanto ocorrem interações sociais e tem como base o interesse e a motivação individuais”. Esta hipótese foi gerada em torno de um conceito ampliado de consciência regional. Aqui a consciência regional está sendo entendida como sendo uma compreensão mais profunda sobre a cooperação regional em prol da resolução de problemas comuns e não somente como a

expressão das imagens e do conhecimento sobre a região, seu território, suas características físicas e humanas.

Quando o indivíduo tem conhecimento sobre as razões que levam atores sociais aos esforços de cooperação regional e decide que este assunto é algo importante para si e para os outros cidadãos em geral, passa para um estágio superior de compreensão conceitual e consciência. Este conceito foi considerado no presente estudo como sendo a categoria central encontrada (*core category*) e foi denominada: COMPREENDENDO A INTERAÇÃO SINÉRGICA REGIONAL. A categoria central na *Grounded Theory* clássica se refere ao conceito central em torno do qual todos os outros conceitos estão alinhados e integrados.

4.1 A Teoria “COMPREENDENDO A INTERAÇÃO SINÉRGICA REGIONAL” (CISR) e seus componentes

A interação social que se dá através dos relacionamentos interpessoais e interinstitucionais constitui a base para a dinâmica de construção da regionalidade e para o alcance de instâncias superiores de consciência regional.

A interação entre pessoas e entidades é elemento importante na disseminação da informação e do conhecimento regional. Leis ou decretos não são suficientes sem a adequada interação entre as partes interessadas, elemento essencial para o desenvolvimento da regionalidade. A interação sinérgica entre atores regionais potencializa resultados, pois o esforço regional associado pode obter desempenho melhor do que aquele realizado isoladamente, no âmbito restrito de cada cidade.

Quando o indivíduo adquire um nível superior de consciência regional no Grande ABC, compreende que a proximidade territorial entre uma cidade e outra faz com que muitos problemas sejam comuns e afetem a região como um todo, tornando difícil assumir resoluções de forma isolada, levando em conta somente o âmbito da gestão municipal. As ações administrativas e serviços de um município têm influência sobre os outros. Os processos de gestão têm

interdependências regionais muito significativas no caso do Grande ABC. Esta preocupação regional tem bases motivacionais racionais e lógicas e procura um equilíbrio no desenvolvimento humano de cada cidade, considerando o perfil e peculiaridades de cada uma.

Compreende, portanto, que as soluções devem ser analisadas de forma integrada, com visão sistêmica sobre o arranjo regional existente. Este esforço regional de entrosamento e cooperação consolida um modelo de gestão regional integrado onde se mantém a autonomia administrativa de cada uma das sete cidades, porém com uma consciência de que o projeto regional sempre contemplará a interdependência, a inter-relação e a complementaridade entre suas partes, potencializando o efeito sinérgico que se espera alcançar com o conjunto regional.

Foram encontrados nove elementos conceituais na composição desta teoria substantiva, elaborada de acordo com critérios de simplicidade, clareza e parcimônia. Os oito conceitos integrados e a categoria central encontrada estão representados a seguir.

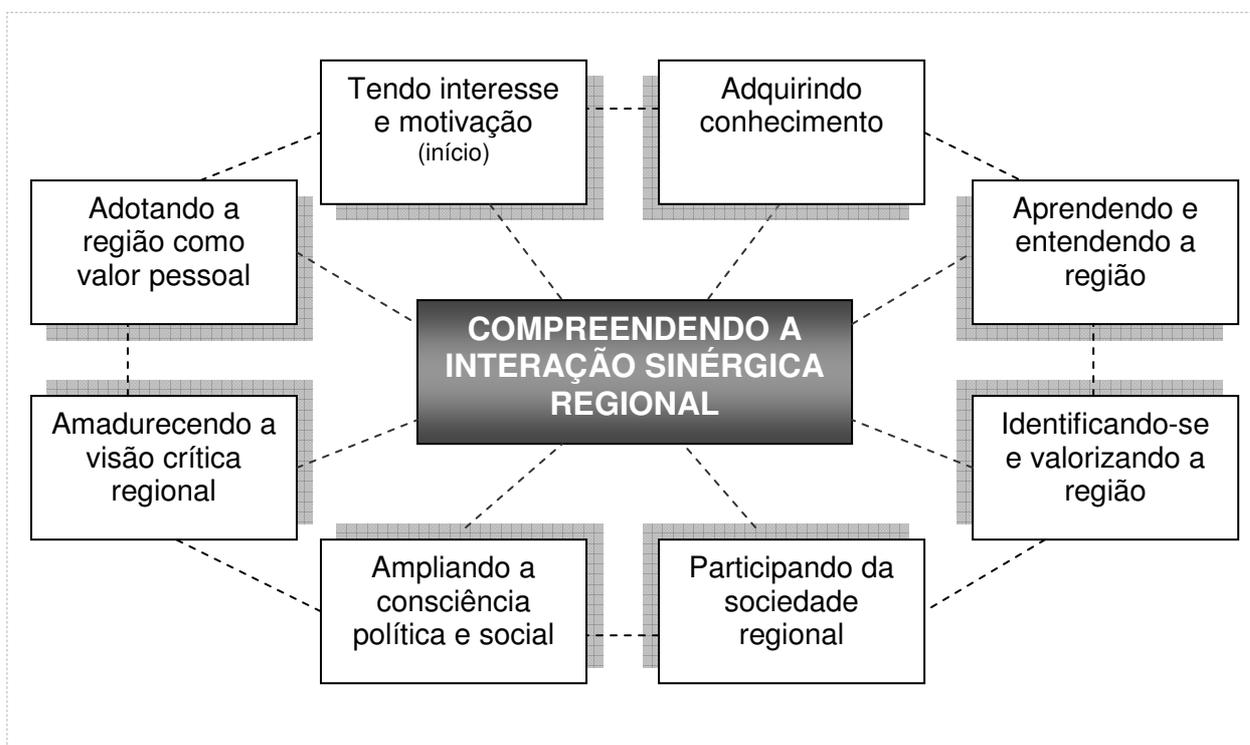


Figura. 4 Categoria central e conceitos teóricos integrados

A seguir são apresentados os oito conceitos que fazem parte da Teoria “Compreendendo a Interação Sinérgica Regional”¹.

4.2 TENDO INTERESSE E MOTIVAÇÃO

A questão regional faz sentido para alguém quando, de alguma forma, mostra-se útil e significativa, motivando e direcionando o interesse individual em busca de conhecimento e informação acerca do assunto, além de sua inserção nos processos sociais regionais.

Este interesse geralmente se dá nos âmbitos econômico, político, administrativo, profissional, social, acadêmico, afetivo ou uma combinação que envolve um ou mais elementos motivacionais.

O interesse e a motivação do indivíduo para temas regionais afeta sua receptividade à informação e ao conhecimento regional. Se há interesse e motivação, há maior disposição para a informação e o conhecimento das questões regionais. Se este assunto nada significa para o indivíduo, os processos de compreensão e conseqüente introjeção são dificultados. Assim, a consciência regional dificilmente se dá sem o interesse e a intenção de se conhecer melhor a realidade desta região.

4.3 ADQUIRINDO CONHECIMENTO REGIONAL

O nível de conhecimento do indivíduo influencia o processo de formação da sua consciência regional. Esse conhecimento é de natureza complexa, visto que se trata de um corpo de conhecimento específico, composto por elementos conceituais básicos sobre regionalismo e gestão de regiões metropolitanas até conhecimentos, percepções e memórias sobre a Região do Grande ABC. Mas depende principalmente do entendimento dos motivos que levam atores e organizações à busca de articulações sociais para resolver problemas comuns em torno de uma região instituída. Este conhecimento (tanto o científico quanto o gerado no cotidiano das pessoas) provém de

¹ Na *Grounded Theory* os conceitos são apresentados com o tempo verbal no gerúndio para enfatizar o caráter dinâmico dos processos sociais que representam.

diversas fontes. As escolas, as universidades, as instituições regionais, os centros de pesquisa, são fontes de conhecimento regional. Os livros, as revistas de circulação regional, os jornais, o rádio, a televisão, a Internet também são fontes de informação e conhecimento. Mas também e principalmente, as interações sociais são fontes geradoras e disseminadoras de informação e conhecimento entre atores na região.

Foram encontradas sete subcategorias pertinentes à explanação deste conceito.

4.3.1 Compreensão dos conceitos de “Região” e “Região do Grande ABC”

O emprego popular do termo “região” foi relacionado com a noção de qualquer espaço delimitado, podendo se referir a um ou mais municípios, a um bairro, etc. Seu uso foi impreciso e seu conceito não se mostrou claro. O conceito de região variou de acordo com a necessidade contextual do discurso do indivíduo. Sua expressão conceitual denota a significação que o indivíduo dá ao termo “região”, de acordo com seus conhecimentos, sua realidade vivida e percebida. A título de ilustração, ao expressar sua opinião e sua percepção sobre a Região do Grande ABC, há referências a cidades, por exemplo: *“lá na minha região, a região de Santo André...”* Ou ainda, o indivíduo usa a sua visão e percepção parcial sobre uma ou duas cidades que conhece na região para emitir sua visão sobre o Grande ABC como um todo.

Outro fenômeno identificado nos dados refere-se ao conhecimento versus o desconhecimento das partes componentes desta região, ou seja, a identificação das sete cidades que a compõe. Esse desconhecimento do nome das cidades, ou o conhecimento parcial e fragmentado da região (evidenciado ou estimulado nesse caso em particular, pelas letras do alfabeto que reforçam suas diversas identidades: ABC, ABCD, ABCDM, etc.), ressaltam a existência de duas realidades, a região formal instituída pelas lideranças políticas e administrativas e a percebida pelas outras instâncias populacionais, mas igualmente membros desta região.

Em outras palavras, a informação e o conhecimento sobre a Região do Grande ABC afetam positiva ou negativamente a consciência sobre ela, podendo vir a representar um entrave ao desenvolvimento deste conceito, uma vez que restringe o campo de visão dos cidadãos em torno do território e do projeto de cooperação regional.

4.3.2 Conhecimento geral sobre o Grande ABC

O nível de conhecimento geral do indivíduo sobre a Região do Grande ABC (sua história, suas cidades, suas características, seu perfil e mercado, suas vantagens competitivas, suas questões sociais e econômicas, sua geografia humana, seu modelo de gestão e suas articulações político-administrativas institucionais) mostra seu interesse sobre ela, representando componentes significativos de sua memória, de seu conhecimento e de sua consciência regional.

4.3.3 Conhecimento sobre Gestão

O conhecimento geral do indivíduo sobre gestão facilita a compreensão das articulações em torno da regionalidade no Grande ABC, seus mecanismos de integração e cooperação regional, influenciando a consciência sobre ela. Mais especificamente, o entendimento de tendências administrativas na gestão de cidades e regiões metropolitanas, de modelos de gestão, de gestão de mudanças, de regionalismo e regionalidade, afetam positivamente a consciência regional.

4.3.4 Conhecimento regional gerado pela atividade profissional

Certas atividades profissionais e acadêmicas exercidas na região tendem a favorecer a aquisição de informação e conhecimento sobre ela devido à própria natureza do trabalho. Jornalistas, políticos, agentes públicos,

técnicos que trabalham nos projetos regionais, consultores empresariais, pesquisadores sociais, empresários, professores ligados ao estudo da regionalidade, líderes de associações com fins sociais, comunicadores e outros profissionais da mídia são alguns desses profissionais.

Quanto mais elevado for o nível de informação e conhecimento do indivíduo sobre a regionalidade no Grande ABC, maior será a influência sobre a formação de sua consciência social, política e regional.

4.3.5 Apreensão do conhecimento regional através da educação nas escolas

As instituições de ensino (sejam elas de ensino fundamental, médio ou superior) podem influenciar o processo de aquisição e disseminação de conhecimento regional causando impacto sobre as atuais e futuras gerações de cidadãos da região. O processo de ensino-aprendizagem realizado de forma reflexiva leva a uma maior conscientização social, política e econômica sobre a realidade da região onde se vive. O estímulo aos estudantes para despertar uma visão ampliada e crítica sobre as sete cidades e seu conjunto regional, aumenta a consciência sobre a Região do Grande ABC.

4.3.6 Apreensão do conhecimento através da interação social e familiar

O conhecimento geral sobre a região advém também das experiências pessoais peculiares que formam o repertório vivencial de cada um. A história de vida do indivíduo contém elementos únicos de vivências situacionais, que faz com que ele vá adquirindo conhecimento regional através destas experiências pessoais e interações sociais.

Por vezes há influência familiar ou de grupos de referência no meio em se viveu e cresceu. Sendo assim, o conhecimento e o compromisso com a região, assim como a consciência política regional, são ensinados pelos pais ou outras pessoas próximas ao sujeito desde cedo. O indivíduo recorre a este repertório para elaborar sua consciência sobre a região.

4.3.7 Acesso à informação regional

O acesso à informação regional afeta o conhecimento que se tem sobre a região. O acesso restrito dificulta a disseminação do conhecimento. Entretanto, pode ocorrer do indivíduo ter acesso, mas não possuir interesse pela informação regional.

A informação transmitida pelos meios de comunicação (mídia impressa, eletrônica e digital) é elemento influenciador na formação da imagem da região e como conseqüência, da consciência sobre ela. Quando mal direcionada, por exemplo, quando se divulga que a Região do Grande ABC é composta só pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul, deseduca a população quanto ao conceito de região que se deseja instituir. Quando há divulgação limitada de informações, restrita aos aspectos negativos da região, causa retrocesso no desenvolvimento da consciência regional, tendo a ver com sentimentos como auto-estima e orgulho.

4.4 APRENDENDO E ENTENDENDO A REGIÃO

Os dados revelados na pesquisa mostram que os indivíduos aprendem sobre a região das mais diversas formas, tempos e lugares, não necessariamente na escola ou em um curso formal.

Muitas vezes não se percebe nas situações cotidianas que se está aprendendo. No entanto, informações e dados estão sendo transmitidos continuamente, seja na mídia ou numa interação com o outro. O processo social denominado “Aprendendo e entendendo a região” vai ocorrendo de forma dinâmica e muitas vezes, imperceptível. Essa aprendizagem caracteriza-se como um processo evolutivo e gradativo, onde a interação social ocupa particular importância, visto que existem influências de grupos na formação do conhecimento, da opinião e da imagem regional adotadas pelo indivíduo.

Aprender e entender a Região do Grande ABC requer acesso às fontes de informação e conhecimento, mas principalmente motivação e interesse pessoal. “Eu não sei quase nada da região, só da minha cidade” é uma frase

que exemplifica a realidade vivida no cotidiano daqueles para os quais a realidade regional nada significa. Por outro lado, quando o indivíduo vê significado, volta seu interesse para a informação regional, focalizando sua atenção e seus esforços para entender a dinâmica das questões regionais.

Aprender sobre a região é também aprender sobre cidadania, política, cultura, lazer, sociedade e economia regional, entre outros aspectos.

4.5 IDENTIFICANDO-SE E VALORIZANDO A REGIÃO

A imagem regional percebida pelo indivíduo influencia sua identificação e afinidade com esta região, tendo a ver com sentimentos como orgulho, auto-estima e pertencimento. Quando se tem uma imagem positiva, aumenta-se o interesse pela região afetando também de forma positiva a consciência sobre ela. Quando já se tem a consciência regional, há maior valorização e respeito pelo local onde se vive.

4.5.1 Percepção sobre a Região do Grande ABC

A percepção sobre a região se forma a partir das imagens produzidas na mente do indivíduo, com informação e conhecimento do passado e do presente, opiniões próprias e de outros, de dentro e de fora da região. Em outras palavras, é formada através de um processo dinâmico influenciado por elementos como informação, memória regional, meios de comunicação, participação na sociedade e no mercado regional entre outros e relaciona-se com o fenômeno da identificação e afinidade pela região, assim como auto-estima e interesse. Quando se tem afinidade e identificação com a região, há maior interesse e consciência. Em contrapartida, quando não há identidade e nem interesse não há motivação para se obter informação ou conhecimento sobre os assuntos relativos a esta região. Esta identificação é em grande parte relacionada a oportunidades que o indivíduo vislumbra nesta região, de acordo com sua área de interesse ou atuação profissional e a imagem que ele possui sobre ela.

A forma como o indivíduo percebe a região sofre influência de imagens atribuídas no passado, como se fossem rótulos impregnados e estáticos, não levando em consideração o fato de que a região sofre mudanças econômicas e sociais ao longo do tempo. Estes rótulos ou imagens atribuídas permanecem na memória dos indivíduos que resistem em conhecer e compreender novos cenários que surgem ao longo da história e evolução econômica da região.

4.5.2 Sentimentos em relação à região

Aspectos emocionais têm relação com a formação da consciência regional. A existência do sentimento de orgulho, admiração, auto-estima e pertencimento são elementos que afetam positivamente a consciência regional. Por outro lado, a falta de identificação com a região, a vergonha e o sentimento de rejeição prejudicam o interesse e a consciência sobre ela.

A afinidade por uma das cidades da região não significa necessariamente identificação pela região como um todo.

Sentimento de perda e o apego a imagens do passado também influenciam a consciência regional na medida em que perpetuam paradigmas que podem bloquear o potencial coletivo de inovação da região como um todo.

4.5.3 Contato com elementos da região

O contato com os elementos da região, suas cidades, sua configuração urbana, sua infra-estrutura, sua paisagem, sua população entre outros, influenciam a consciência regional no indivíduo.

O deslocamento pelo seu território e a interação com seus habitantes, profissionais, líderes, empresas, entre outros elementos, aumenta a consciência que se tem da região. Por outro lado, quando não se transita pela região, a visão de realidade regional se restringe ao entorno mais próximo dos locais que o indivíduo vivencia em seu cotidiano, proporcionando-lhe uma consciência parcial e mais limitada da estrutura regional disponível. Quando

não se conhece a região não se pode avaliar se existe afetividade e identificação por parte do indivíduo.

4.5.4 Percepção sobre os processos de cooperação regional

A percepção do indivíduo acerca da possibilidade concreta de cooperação entre as cidades influencia a sua crença no projeto regional e sua identidade com a região. Se ele não percebe o projeto de cooperação regional ou, se percebe mais competição do que cooperação, ou ainda, o predomínio do interesse individual e partidário sobre o interesse coletivo, pode continuar acreditando no potencial dos modelos cooperativos, mas passa a desacreditar os atores e as instituições da região em questão. Se por outro lado, percebe resultados positivos e reconhecimento do grupo de referência, passa a ter orgulho da região e de seu projeto de cooperação, aumentando a identificação e a valorização que se tem sobre ela.

A percepção sobre os processos de cooperação regional sofre influência das interações sociais e profissionais e também dos meios de comunicação.

4.6 PARTICIPANDO DA SOCIEDADE REGIONAL

Estar inserido na sociedade regional facilita, mas não determina, que o indivíduo se veja como parte integrante da região. A inserção social e a participação profissional no mercado regional favorecem a interação com grupos de referência, influenciando o interesse e o nível de conhecimento do indivíduo sobre a região. Quando não há inserção, o interesse tende a diminuir, assim como o sentimento de pertencimento. Pessoas que residem na região, mas não vislumbram oportunidades de trabalho nela (cidade-dormitório), tendem a ter menos interesse e motivação pelos acontecimentos regionais.

A baixa participação em atividades sociais ou relacionamentos com grupos da região também influenciam a consciência regional.

A participação na sociedade e a motivação para a regionalidade também sofrem influência de lideranças regionais. Líderes e formadores de opinião têm

papel fundamental no estímulo e na influência que exercem no processo de desenvolvimento da consciência regional da população, pois dão o exemplo. São considerados formadores de opinião e líderes regionais os sete prefeitos do Consórcio, os educadores, os professores, os políticos, os agentes públicos, os cientistas sociais e pesquisadores, os líderes de organizações da sociedade civil, os comunicadores, os profissionais de mídia, os jornalistas, os técnicos do projeto regional, entre outros. A participação direta em projetos regionais impacta fortemente o desenvolvimento da consciência sobre a região, pois amplia a visão crítica e a crença no modelo cooperativo.

4.7 AMPLIANDO A CONSCIÊNCIA POLÍTICA E SOCIAL

A consciência política e social são pré requisitos para o desenvolvimento pleno da consciência regional uma vez que para se compreender os processos regionais deve haver interesse e entendimento sobre mecanismos de articulação política e processos sociais existentes na realidade regional. O indivíduo que se encontra desprovido de consciência política ou social não tem interesse nem compreensão sobre os processos de cooperação regional.

4.7.1 Percepção do indivíduo como ator social regional

A percepção do indivíduo sobre seu papel como ator social, ou seja, a sua consciência social, influencia a formação de sua consciência regional.

A consciência regional, portanto, não é algo que se constrói só a partir da “região”. O indivíduo passa a refletir sobre a sua realidade e a de outros em seu entorno, sobre problemas e possíveis soluções, gerando inquietações internas e amadurecimento do seu senso de cidadania. Ele se conscientiza que deve agir, fazer algo para mudar a realidade. Começa a “se ver como ator social” e se engaja com o grupo de referência na questão local ou regional, o que for mais viável naquele momento. Ao interagir com outros sobre suas inquietações, surgem oportunidades para ações sociais e políticas que podem

começar localmente e expandir-se regionalmente. E assim continua interagindo e cooptando outros atores sociais para a causa regional.

4.7.2 Prática da solidariedade

A prática da solidariedade está relacionada com o desenvolvimento da consciência social. O conceito de solidariedade está relacionado com a preocupação com o outro. Esse “outro” pode ser um outro indivíduo, um outro “bairro” ou uma outra “cidade”. Mas a cidade apresenta-se como um conceito mais presente na mente das pessoas do que o conceito de região.

Quando um indivíduo se encontra em um contexto de dificuldades sociais e econômicas com prejuízo ao exercício da cidadania, ele pode não conhecer plenamente sua cidade e nem a região, tendo interesse focado na questão de sua sobrevivência diária. Dificulta-se assim o desenvolvimento de sua consciência regional.

Porém, quando o indivíduo sente que tem toda a estrutura que precisa para viver bem, passa a se preocupar com o outro, de outra localidade ou de outra cidade. Para se chegar à conclusão de que se tem tudo o que precisa para se viver bem, é necessário que se compare com outra realidade menos favorecida.

A solidariedade é algo que precisa ser estimulado e ensinado. Depende da interação de pessoas que vivem diferentes realidades, tendo potencial para quebrar preconceitos e desfazer mitos existentes sobre habitantes de diferentes cidades da região.

Aprender a por em prática e regatar o conceito de solidariedade entre entidades ou instituições ou, simplesmente indivíduos da região, ajuda-os a conhecer melhor o seu território, suas pessoas e seus problemas, estimulando a cooperação entre elas e favorecendo o desenvolvimento da consciência regional.

4.8 AMADURECENDO A VISÃO CRÍTICA REGIONAL

Ao adotar a regionalidade como valor pessoal, o indivíduo passa a encarar os entraves e problemas como parte natural dos processos de maturação para a cooperação e mudança de mentalidade da sociedade, lamentando, mas não desistindo de sua visão regional.

Compreende as barreiras e dificuldades como inevitáveis e comuns a todas as sociedades no mundo que passaram ou estão passando por este processo.

O aumento do olhar crítico sobre o processo de cooperação regional dá ao indivíduo maior poder de análise e avaliação, pelo conhecimento e experiência que possui, conferindo-lhe uma maior e mais profunda consciência sobre o projeto regional e sua gestão.

4.9 ADOTANDO A REGIÃO COMO VALOR PESSOAL

Quando o indivíduo adquire consciência regional, passa a assumir novas posturas e atitudes a favor da regionalidade. A crença e a convicção no modelo cooperativo regional favorecem sua incorporação como valor pessoal, como filosofia, paradigma administrativo e visão de futuro.

O indivíduo que internaliza e valoriza a região procura usufruir a infraestrutura disponível, consumir regionalmente, trazer investimentos e projetos para a região, pois tem interesse no desenvolvimento regional. Procura também interagir e argumentar a favor do entrosamento e da cooperação regional, defendendo o conjunto da região como prioridade.

5 DISCUSSÃO

5.1 Introdução

Um dos princípios metodológicos da *Grounded Theory* refere-se ao cuidado que o pesquisador deve ter em não se aprofundar no estudo da literatura existente sobre o tema pesquisado antes de se chegar ao desenvolvimento completo de sua teoria substantiva. Glaser (1967; 1978; 2004) e Strauss (1967) argumentam que ao imergir na literatura o pesquisador pode ser influenciado a forçar os dados (tanto na coleta quanto na análise) para se encaixarem e se adequarem a categorias ou noções pré-concebidas existentes na literatura, prejudicando o processo de descoberta e criação da teoria.

Sendo assim, segundo esta orientação metodológica, o pesquisador deve identificar posteriormente aos elementos teóricos centrais encontrados, quais são as áreas específicas da literatura existente que devem ser consideradas relevantes para o seu estudo. Desta forma, a discussão dos resultados sofre um processo de delimitação que estreita e especifica o escopo da revisão de literatura e da análise comparativa.

Glaser (1998, apud FERNANDEZ, 2004) ressalta que esta característica particular da *Grounded Theory* não tem o propósito de ignorar ou negligenciar a literatura e o conhecimento relevante já existente, mas sim, de favorecer a liberdade e a sensibilidade teórica do pesquisador. O papel da revisão de literatura neste caso não é o de verificar os achados da pesquisa e sim, o de integrá-la como parte dos dados, além de localizar onde e como ela contribui no desenvolvimento do corpo de conhecimento específico da área estudada.

Neste estudo, foi realizada uma revisão prévia da literatura existente sobre o processo de regionalização e como ocorreu o chamado Novo Regionalismo a partir da Globalização. Foi verificado como o termo “consciência regional” tem sido utilizado nos textos e quais são as definições empregadas nesse sentido. A literatura existente sobre o assunto mostra lacunas no que tange a melhor explanação dos mecanismos que levam o ator

social ao alcance da consciência regional, elemento considerado relevante no exercício da cidadania e na sustentação das políticas de ação regional (BANDEIRA, 1999; PEROVIC, 2000; ABRUCIO, SOARES, 2001).

A Teoria “Compreendendo a Interação Sinérgica Regional” (CISR) fornece elementos de suporte conceitual para uma melhor compreensão dos processos sociais relacionados à formação da consciência regional no indivíduo. Desta forma, procura contribuir com os estudos acadêmicos na área de gestão para o desenvolvimento da regionalidade, já que adiciona elementos que colaboram na criação de mecanismos que podem possibilitar uma participação mais direta da sociedade civil nas ações político-administrativas relacionadas à promoção do desenvolvimento regional e ao avanço da Democracia.

5.2 Comparação entre a teoria encontrada e a literatura

O presente estudo trouxe como resultado a concepção de uma teoria fundamentada nos dados que explica os processos sociais e subjetivos envolvidos na formação e desenvolvimento da consciência regional no indivíduo.

Na literatura acadêmica sobre estudos regionais não foi encontrada teoria sobre a consciência regional. Como este estudo não optou pela abordagem de aspectos biológicos ou psicológicos da consciência humana, e sim, pela abordagem sociológica, era previsível que as teorias pertinentes a esta disciplina seriam utilizadas para efeitos de análise e discussão dos resultados encontrados. Foi fato inesperado, entretanto, que fossem encontradas similaridades entre a teoria concebida (Teoria “Compreendendo a Interação Sinérgica Regional”) e uma teoria na área de Educação e Aprendizagem.

5.3 Similaridades com a Taxonomia dos Objetivos Educacionais de Bloom

De forma geral, a teoria substantiva “Compreendendo a Interação Sinérgica Regional” (CISR) explica que a consciência regional ocorre como conseqüência de um processo dinâmico de aquisição e apreensão de conhecimentos socialmente construídos, evolui enquanto ocorrem interações sociais e tem como base o interesse e a motivação individuais.

A Taxonomia de Objetivos Educacionais de Bloom foi resultado de um estudo que auxilia no estabelecimento de objetivos educacionais e fornece subsídios para avaliação da aprendizagem. Uma comissão interdisciplinar de especialistas de várias universidades americanas coordenada por Benjamin Bloom na década de 1950 desenvolveu esquemas de classificação para os domínios cognitivo e afetivo relativos ao processo de ensino-aprendizagem.

O domínio cognitivo é definido em termos dos níveis de conhecimento, do mais simples para os mais complexos. São eles: *conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação* (BLOOM, 1972).

Já o domínio afetivo está relacionado a interesses, atitudes e valores e está organizado em torno do conceito de internalização. O menor grau de internalização refere-se à consciência de que existe e o maior grau é demonstrado por atitudes e comportamentos que são parte da personalidade do indivíduo. O domínio afetivo possui os seguintes elementos: *recepção, resposta, valorização, organização e internalização de valores* (BLOOM, 1973).

O domínio das ideias básicas de um campo de conhecimento envolve não só a absorção dos princípios gerais, mas também o desenvolvimento de uma atitude de questionamento, uma postura crítica e uma certa autonomia para resolver problemas por conta própria. O indivíduo precisa de versões práticas destas atitudes para organizar seu aprendizado de tal maneira a tornar o que aprendeu útil e significativo para si próprio.

DOMÍNIO COGNITIVO	DOMÍNIO AFETIVO
Conhecimento: de fatos específicos, de padrões de procedimentos e de conceitos	Recepção: disposição para receber e atenção seletiva
Compreensão: imprime significado, requer elaboração (modificação) de uma informação original, interpreta problemas e instruções e extrapola	Resposta: participação ativa, disposição e satisfação em responder
Aplicação: usa o aprendido em novas situações	Valorização: aceitação, valor comunicado ao educando foi internalizado
Análise: separa uma informação em elementos componentes e estabelece relações entre eles	Organização: reinterpreta o valor comunicado, conceitua o valor, organiza sistema de valores
Síntese: reúne elementos de informação para compor algo novo que terá, necessariamente, traços individuais distintos	Internalização de valores: o processo de internalização atinge o ponto em que o indivíduo passa a ser identificado pela sua comunidade como um símbolo ou representante do valor que ele incorporou
Avaliação: representa os processos cognitivos mais complexos, julga e confronta dados com base em evidências internas ou critérios externos	

Quadro 1 : Domínios cognitivo e afetivo da Taxonomia de Bloom (adaptado de BLOOM, 1972, 1973)

Os elementos conceituais da Teoria CISR possuem também um caráter dinâmico e evolutivo. A construção do conhecimento específico para a formação da consciência regional caminha do mais simples para o mais complexo, de forma paralela à maturação da consciência crítica, política e social, com envolvimento da prática, senso de utilidade e significação para o indivíduo. Sem interesse e significação para o sujeito, a informação regional pode até estar disponível, mas não atinge o propósito de despertar a conscientização. O indivíduo pode utilizar filtros de atenção seletiva diante de informação e conhecimento que acredita não estarem relacionados aos seus interesses.

Teoria “Compreendendo a Interação Sinérgica Regional”	Taxonomia de BLOOM	
<i>Elementos conceituais</i>	<i>Domínio cognitivo</i>	<i>Domínio afetivo</i>
Tendo interesse e motivação		Recepção
Adquirindo conhecimento	Conhecimento	
Aprendendo e entendendo a região	Compreensão	Resposta
Identificando-se e valorizando a região		Valorização
Participando da sociedade regional	Aplicação	
Ampliando a consciência política e social	Análise e Síntese	Organização
Amadurecendo a visão crítica regional	Avaliação	
Adotando a região como valor pessoal		Internalização de valores

Quadro 2 - Comparação entre a Teoria CISR e a Taxonomia de Bloom.

A constatação desta similaridade teórica remete a uma discussão em torno da consciência regional vista como um processo de aprendizagem e aquisição de conhecimento específico, direcionado para a realização de ações cooperativas no âmbito regional. Ou seja, a consciência acerca do funcionamento da dinâmica regional precisa ser ensinada e aprendida, através de mecanismos e processos sociais.

5.4 Análise comparativa entre a Teoria CISR e o Construcionismo Social

A teoria concebida neste estudo encontra na Sociologia do Conhecimento de Max Scheler (1925 apud BERGER, LUCKMAN, 1985) elementos que sustentam e reforçam os conceitos encontrados. A Sociologia do Conhecimento trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social em que eles surgem. Considera as diferentes realidades vividas pelos indivíduos, a sua consciência, a sua concepção de mundo, o conhecimento do senso comum, a objetividade e a subjetividade. Para Berger e Luckmann

(1985, p. 14) o principal objetivo da Sociologia do Conhecimento deve ser a análise da realidade humana como uma realidade socialmente construída.

Com relação ao conceito geral de consciência, Berger e Luckmann (1985), seguindo a linha fenomenológica de Edmund Husserl, colocam que toda consciência é consciência de algo, é dirigida a um objeto, portanto é intencional.

No presente estudo, a consciência sobre a região apresentou-se diversificada entre os participantes, de acordo com a forma e a interpretação que estes davam para o termo “região”. A linguagem expressa o conhecimento e a consciência do indivíduo acerca do conceito. Lencioni (1999) ressalta que o uso fluido e irregular do termo pode ser um dificultador no entendimento do que vem a ser a região da qual se fala, no caso do Grande ABC, uma região socialmente construída. A Teoria CISR evidencia a importância da aquisição de conhecimento básico para o entendimento do modelo de atuação regional, pois ninguém pode compreender e emitir uma opinião sobre aquilo que não conhece.

O processo de formação da consciência sofre influência fundamental do cotidiano. Os construcionistas argumentam que o indivíduo percebe o lugar onde vive através de sua realidade diária, que está organizada em torno do aqui e agora, no tempo presente. É a realidade da vida cotidiana que se impõe a todas as outras realidades das quais as pessoas têm consciência, pois é a que tem significado para o indivíduo. Ela se passa em um lugar geograficamente delimitado, onde se dá o exercício das relações interpessoais e do trabalho.

Portanto, não há vida cotidiana sem a interação com os outros. Este é fator que mais afeta a consciência da realidade dos indivíduos, sendo o foco da sua atenção. O ser humano experimenta a vida através do mundo que está ao seu alcance, o mundo em que ele é ator e pode modificar a realidade através do trabalho. Neste mundo do trabalho, a sua consciência é dominada pelo pragmatismo, pelo que faz e planeja fazer dele. Para Berger e Luckmann (1985), isso não significa que o indivíduo não possa ter consciência de outras realidades de mundo que não conheça pessoalmente, pois existe uma

intersubjetividade na medida em que pessoas participam juntas, trocam informações e se comunicam na convivência cotidiana. Ainda assim, é necessário que haja aquisição de conhecimento.

Na Teoria CISR, o interesse e a motivação representam uma categoria conceitual básica para a formação da consciência regional. Se na realidade vivida pelo indivíduo na região não existem relações sociais relevantes nem trabalho, esta passa a não ter significação importante, não sendo geradora de interesse suficiente para aquisição de conhecimento regional. Não se desenvolve então a consciência regional.

A partir do momento em que este indivíduo passa a ter interesse e motivação, ele foca sua atenção para a aquisição de conhecimento específico. Esse conhecimento pode ser proveniente da influência e da interação social com grupos de referência, sub-categoria conceitual da Teoria CISR. Para Berger (1976), atores influenciam e são influenciados em suas ações sociais pelo grupo de referência, que é constituído pela coletividade cujas opiniões, convicções e rumos de ação são decisivos para a formação de nossas próprias opiniões, convicções e rumos de ação. O ser humano tende a querer ser aceito, participar e viver em grupos onde a sua visão de mundo seja também aceita e compartilhada pelos demais membros. A adesão a um determinado grupo também é baseada em fatores cognitivos. Quando um ator se liga a um grupo, ele “sabe” algum conteúdo específico sobre o qual este grupo está apoiado, seu ângulo de visão da realidade. O conceito de grupo de referência tem relevância na medida em que possui mecanismos dinâmicos de influência no conhecimento, na percepção e nas atitudes de atores sociais no espaço vivido.

Magalhães (2002) em estudo da área de educação sobre consciência crítica, explica que a consciência é algo pessoal. Há elementos racionais, emocionais e sociais na construção da consciência de cada indivíduo. Cita Berger e Luckmann (1985) para explicar que o indivíduo consciente precisa conhecer o ambiente em que ele se situa e os elementos que interferem no seu posicionamento além dos elos que orientam seu pensamento e ação. Ele precisa saber correlacionar as informações que possui de forma crítica, através

de uma visão mais abrangente do mundo que o cerca. Na Teoria CISR, a categoria “Amadurecendo a visão crítica regional” reflete esta afirmação defendida pelos construtivistas.

5.5 Revendo o conceito de consciência regional

Constatou-se através deste estudo que os conceitos e definições para “consciência regional” utilizados na literatura não condizem com a forma com que é empregada nos artigos sobre o Novo Regionalismo.

Os textos atribuem à consciência regional um papel relevante, visto que representa um elemento essencial para a união de esforços em prol do desenvolvimento regional (GIL; GARCIA; KLINK, 2003), com transformação local pela adoção coletiva de um projeto com racionalidade própria (DALLABRIDA,1999), tornando os habitantes mais propensos a cooperar na defesa de soluções regionais para problemas e interesses comuns (BANDEIRA, 1999, 2004). Além disso, a consciência regional da sociedade pode ser capaz de apoiar a estrutura de cooperação regional independente de eventuais reveses, pois foi fruto de um aprendizado institucional que não pode ser apagado facilmente (ABRUCIO, SOARES 2001). O sentido de cidadania dos habitantes pode ser resgatado através da consciência regional (FRUG, 2002), além de possibilitar a criação de novas capacidades para administrar regiões (WALLIS, 1999) e refazer os sistemas de convivência na sociedade (BORJA,1997).

Entretanto, as definições para consciência regional giram em torno da expressão das características ou personalidade da região por uma grande quantidade de pessoas, baseada na apreciação pessoal da combinação de ambos elementos, físicos e humanos, pertencentes à região (UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA, 2005) ou da expressão pessoal ou coletiva das experiências dos indivíduos no território delimitado pela região (PAASI, 2000).

Ou ainda, segundo Wardhaugh (2001), a consciência regional seria o produto das imagens dominantes que emergem ao longo do tempo, de dentro e de fora da região, que definem um lugar e um tempo que as pessoas adotam e

passam a utilizar, aceitando-as ou rejeitando-as para assim, expressar a identidade regional.

A definição de consciência regional diz respeito ao espaço vivido e ao sentimento de pertencimento a esta região (Frémont , 1976 apud LENCIONI, 1999).

A teoria concebida como resultado deste estudo mostra que não basta conhecer a região, suas características, sua história, sua economia e sua sociedade. Estes são aspectos importantes, mas não suficientes para se ter a consciência regional citada em literatura. De modo geral, as definições e conceitos sobre consciência regional não fazem alusão à cooperação, articulação ou integração de esforços em âmbito regional para resolução de problemas comuns. Este estudo sugere a ampliação do conceito de consciência regional com a incorporação destes termos.

6 CONCLUSÃO

Este estudo foi realizado para atender dois objetivos de pesquisa. O primeiro, de verificar de que forma atores sociais locais percebem a Região do Grande ABC enquanto estrutura sócio-econômica e político-administrativa, através de conceitos presentes em seus discursos. O segundo, desenvolver uma teoria substantiva sobre o fenômeno da consciência regional utilizando a metodologia da *Grounded Theory*.

Concluiu-se que atores sociais regionais percebem a Região do Grande ABC de três formas, podendo ser considerados três níveis. No nível inferior de consciência regional, o indivíduo apresenta conhecimento mínimo sobre o conjunto da região, possuindo visão restrita sobre a cidade onde reside e sobre os locais da região onde costuma transitar, conhecendo pouco ou nada da sua infraestrutura e gestão, inclusive o nome das sete cidades que a compõe. Percebe a região de acordo com a familiaridade que tem com as imagens que vê e com as informações que ouve. Desconhece as estruturas de cooperação regional. No nível intermediário, existe uma consciência parcial sobre a região, com conhecimento sobre algumas cidades, sua história, seus aspectos econômicos, sociais e políticos, mas não necessariamente sobre mecanismos de articulação política e administrativa na esfera regional. No nível avançado, a consciência regional é plena, com conhecimento amplo sobre aspectos sociais e econômicos da região como um todo, compreensão dos mecanismos estratégicos da regionalidade e dos potenciais efeitos sinérgicos de ações político-administrativas integradas regionalmente. Percebem as ações regionais através de visão crítica, com capacidade de reflexão e avaliação da realidade do conjunto regional.

A teoria substantiva gerada através da metodologia da *Grounded Theory*, muito se assemelhou à teoria existente na área de Educação, conhecida como Taxonomia de Bloom, denotando que o processo de formação e desenvolvimento da consciência regional não deixa de ser um processo social de aprendizagem.

A Teoria “COMPREENDENDO A INTERAÇÃO SINÉRGICA REGIONAL” explica que a consciência regional ocorre como consequência de um processo dinâmico de aquisição e apreensão de conhecimentos socialmente construídos, evolui enquanto ocorrem interações sociais e tem como base o interesse e a motivação individuais”. A informação através da mídia ou ações isoladas de marketing não são suficientes para aumentar a consciência regional da sociedade. As pessoas podem ter acesso à notícia regional, mas se não houver interesse, a informação não se transforma em conhecimento. A participação real na construção da realidade regional e as interações decorrentes são os fatores que mais favorecem o desenvolvimento da consciência que se tem sobre a região.

A teoria apresentada possui como título a categoria considerada central (*core category*) e compõe-se de oito categorias conceituais, apresentadas no gerúndio para enfatizar o caráter dinâmico dos processos sociais que representam. “Tendo interesse e motivação”, “Adquirindo conhecimento”, “Aprendendo e entendendo a região”, “Identificando-se e valorizando a região”, “Participando da sociedade regional”, “Ampliando a consciência política e regional”, “Amadurecendo a visão crítica regional” e “Adotando a região como valor pessoal” foram as categoriais conceituais escolhidas para compor a Teoria COMPREENDENDO A INTERAÇÃO SINÉRGICA REGIONAL.

Quando se tem uma consciência regional desenvolvida e plena, há compreensão sobre os motivos que levam uma região socialmente construída a ser chamada de “região”. Compreende-se que a proximidade territorial entre uma cidade e outra faz com que muitos problemas sejam comuns e afetem a região como um todo, tornando difícil assumir resoluções de forma isolada, levando em conta somente o âmbito da gestão municipal. As ações administrativas e serviços de um município têm influência sobre os outros. Os processos de gestão têm interdependências regionais muito significativas no caso do Grande ABC. Esta preocupação regional tem bases motivacionais racionais e lógicas e procura um equilíbrio no desenvolvimento humano de cada cidade, considerando o perfil e peculiaridades de cada uma.

Compreende, portanto, que as soluções devem ser analisadas de forma integrada, com visão sistêmica sobre o arranjo regional existente. Este esforço regional de entrosamento e cooperação consolida um modelo de gestão integrado onde se mantém a autonomia administrativa de cada uma das sete cidades, porém com uma consciência de que o projeto regional sempre contemplará a interdependência, a inter-relação e a complementaridade entre suas partes, potencializando o efeito sinérgico que se espera alcançar com o conjunto regional.

Conclui-se também ao final deste estudo que o conceito adotado em literatura sobre o termo “consciência regional” deve ser revisto e ampliado para haja uma melhor adequação ao uso e a relevância que lhe é atribuída pelos autores de pesquisas e estudos regionais.

Quanto às suas limitações, este trabalho não pretendeu dar respostas finais para as questões relativas ao fenômeno da consciência regional. Teve o objetivo de contribuir para um melhor entendimento dos conceitos e processos sociais envolvidos na relação do indivíduo com a região, como ator capaz de transformar a dinâmica da realidade que é socialmente construída. Dessa forma, o estudo pretendeu agregar conhecimento para estimular novas pesquisas que envolvam a gestão para o desenvolvimento da regionalidade. As limitações do estudo consideram ainda dois pontos. Um deles refere-se a o fato de que os resultados da pesquisa dependem em grande parte da habilidade, familiaridade e sensibilidade teórica do pesquisador. O outro, ao fato de que dificilmente uma única teoria seja capaz de dar conta e abranger todos os aspectos de um objeto de estudo, uma vez que é um construto elaborado a partir de um determinado ângulo de visão e um recorte da realidade escolhido pelo pesquisador. Além disso, segundo Selltiz (1974), deve-se notar o caráter provisório das teorias na ciência contemporânea. O que antes era considerada uma explicação final, hoje uma teoria deve ser aceita como tentativa e deve estar sempre aberta à revisão, pois não é uma formulação estática ou final.

Ainda assim, a *Grounded Theory* mostrou-se um método interessante na medida em que seu potencial de descoberta teórica traz contribuições úteis

para o incremento do conhecimento nas ciências humanas, através de uma experiência intelectual única e enriquecedora para o pesquisador.

Sugere-se para pesquisas futuras a realização de um levantamento (*survey*) nas escolas de ensino fundamental e ensino médio da região no intuito de se verificar a ocorrência de projetos pedagógicos que estimulem a consciência regional, social e política nas crianças e nos jovens e seus resultados. As Disciplinas de Ética e Cidadania ou Geografia, entre outras, podem servir de referência para este tipo de investigação.

Outra sugestão refere-se a estudos sobre a imagem e a identidade regional, visto que a consciência regional relaciona-se fortemente com aspectos simbólicos e imagéticos, que influenciam comportamentos e resultados. Pesquisas sobre marketing regional podem fornecer subsídios relevantes neste sentido.

E finalmente, mas não menos importante, pesquisas sobre formas de participação da sociedade regional, na construção de um sentimento de comunidade e solidariedade para o fortalecimento da gestão democrática das cidades e da região, com elaboração de políticas públicas mais efetivas que possam alavancar a aprendizagem coletiva e o aumento do capital social regional.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SOARES, Márcia Miranda. *Redes federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BABCHUK, Wayne A. *Glaser or Strauss?: Grounded Theory and adult education*. Midwest Research-To-Practice Conference. Michigan State University. October, 15-17, 1997. Disponível em <<http://www.iupui.edu/~adulterd/mwr2p/prior/gradpr96.htm>> Acesso em 20 nov. 2005.

BAEZA, Manuel Antonio; VALLEJOS, Paul. *Actores sociales y desarrollo de la regionalidad*. Valparaíso: 1996. Disponível em <<http://cidpa.cl/txt/5artic04.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2004.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, Fev. 1999. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/630.pdf> Acesso em: 22 abr. 2005.

_____. *As mesorregiões no contexto da nova política federal de desenvolvimento regional: considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais*. Universidade Federal de Minas Gerais - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, Nov. 2004. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/IICA%20-%20NOV%2004%20-%20Pedro%20Bandeira.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2006.

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; CUNHA, Cristiano J. C. A. *Operacionalizando o método da Grounded Theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com o apoio do Software Atlas/ti*. ENANPAD, 2003.

_____. Administrando o risco: uma teoria substantiva de adaptação estratégica de pequenas empresas a ambientes turbulentos e com forte influência governamental. *RAC*, Ed. Especial 2004, p. 157-79.

BAILLY, Antoine. The region: a basic concept for understanding local areas and global systems. *Cybergeo*, n. 42, fev. 1998. Disponível em <<http://www.cybergeo.presse.fr/paelinck/Bailly.htm>> Acesso em: 07 jun. 2005.

BERGER, Peter L. *Perspectiva sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1976.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLOOM, Benjamin S. et al. *Taxionomia de objetivos educacionais*. Vol. 1: Domínio cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1972.

BLOOM, Benjamin S. et al. *Taxionomia de objetivos educacionais*. Vol. 2: Domínio afetivo. Porto Alegre: Globo, 1973.

BLUMER, H. *Symbolic interactionism*. Perspective and method. Berkely: University of Califórnia, 1969.

BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. *Planejamento e políticas públicas*. n. 19, jun. 1999. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, p. 307 – 43. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp19/Parte_7.pdf> Acesso em: 03 jul. 2005.

_____. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. In: *Respostas regionais aos desafios da globalização*. v.2 BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro. S. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

CHARON, Joel M. *Symbolic interactionism: an introduction, an interpretation, an integration*. 7 ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2001.

COLE, Jonathan R. *Paul F. Lazarsfeld: his scholarly journey*. Disponível em <http://www.columbia.edu/cu/univprof/jcole/_pdf/2004Lazarsfeld.pdf> Acesso em: 01 mar.2006.

DALLABRIDA, Valdir. R. Novos paradigmas para o desenvolvimento regional. *GeoNotas*. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia. v. 3, n. 1, jan./fev./mar. 1999. Disponível em <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/dala.html>> Acesso em: 16 jan. 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. *Global-Local: interdependências e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2000.

FERNÁNDEZ, Walter D. *The Grounded Theory method and case study data in IS research: issues and design*. School of business and information management, The Australian National University, 2004. Disponível em <http://epress.anu.edu.au/info_systems/part-ch05.pdf> Acesso em: 20 jun. 2005.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRUG, Gerald E. *Beyond regional government*. Harvard University, 2002. Disponível em <<http://www.wjh.harvard.edu/urban/docs/FrugBeyondregGovt.pdf>> Acesso em 19 nov. 2005.

GIL, Antonio Carlos; GARCIA, Carla Cristina; KLINK, Jeroen Johannes. Região, regionalismo e regionalidade. *Cadernos de Pesquisa de Pós Graduação/IMES*. São Caetano do Sul, ano 1, n.1, p. 11-20, 1999.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Por uma sociologia da cidade e da região. *Cadernos de pesquisa de Pós Graduação/IMES*. São Caetano do Sul, ano 2, n.4, p. 23-34, 2001.

_____. O método fenomenológico na pesquisa em administração. *Cadernos de Pesquisa de Pós Graduação/IMES*. São Caetano do Sul, ano 4, n.8, p. 33-42, 2003.

_____. Considerações teórico-práticas para o ensino da pesquisa qualitativa. In: 1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO BRASIL DE PESQUISA QUALITATIVA, 2004, Taubaté. *Anais...Taubaté*, 2004.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The discovery of Grounded Theory*. New York: Aldine, 1967.

GLASER, Barney G. *Theoretical sensitivity*. Mill Valley: The Sociology Press, 1978.

_____. Remodeling Grounded Theory. *The Grounded Theory Review*. v.4, n.1, Nov. 2004

GILBERT, T. The new regional geography in England and French speaking countries. *Progress in human geography*, v. 12, n. 2, 1988.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias et al (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

HETTNE, Bjorn; SODERBAUM, Fredrik. Theorising the rise of regionness. *New Political Economy*, Abingdon, v. 5, Iss 3, p. 457-74, nov. 2000.

HOLLIS, M.; SMITH, S. *Explaining and understanding international relations*. Clarendon Press, 1991.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HURREL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*. RJ: v.17, n.1, p. 23-59, jan.-jun., 1995.

ICHIKAWA, Elisa Y. ; SANTOS, Lucy W. *Apresentando a Grounded Theory: uma nova proposta de abordagem qualitativa na pesquisa organizacional*. ENANPAD, 2002.

KLINK, Jeroen J. *A estruturação de um Novo Regionalismo*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Maio 2000, cap. 2, p. 10-51.

KRÜGER, Waltraud Maria Schreiber et al. *Levantamento do potencial econômico do Grande ABC: Uma experiência de adaptação metodológica*. Rio de Janeiro: Instituto SERE, 2002.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, Daniel; MARCOCCIA, Maria Luíza. *Nosso século XXI*. Santo André: Livre Mercado, 2001.

MAGALHÃES, Josiane. A formação da consciência crítica e o ensino de Ciências. *Urutagua*. Maringá: n.4, maio 2002. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/ru_educacao.htm> Acesso em: 10 jan. 2005.

MATUS, C. *Política, Planejamento e Governo*. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1993.

MCCALLIN, Antoinette. Pluralistic dialoguing: A theory of interdisciplinary teamworking. *The Grounded Theory Review*. v.4, n.1, 2004.

MERTON, Robert King. *On social structure and science*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

NOBLE, Gary Ian. *Managing synergetic momentum: A Grounded Theory of the management of public-private partnerships*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Escola de Administração, Marketing e Relações de Emprego da Universidade de Wollongong, Austrália, 2002. Disponível em

<<http://www.library.uow.edu.au/adt-NWU/public/adt-NWU20030729.112025>>
Acesso em: 9 nov. 2005.

NUNES, Expedito. *O Fórum da Cidadania do Grande ABC*. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2005.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-Nação*. São Paulo: Publifolha, 1999.

OLIVEIRA, Gilson Batista; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *FAE*. v.6, n.2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

ORLIKOWSKI, Wanda J. CASE tools as organizational change: investigating incremental and radical changes in system development. *Management Information Systems Quarterly*. v.17, n.3, Sep.1993.

PAASI, Anssi. *Re-constructing regions and regional identity*. The Netherlands, 07.11.2000. Disponível em: <<http://www.ru.nl/socgeo/n/colloquium/Paasi1.pdf>>
Acesso em: 24 jul. 2005.

PANDIT, Naresh R. The creation of theory: a recent application of the Grounded Theory Method. *The Qualitative Report*, v. 2, n. 4, dec. 1996. Disponível em <<http://www.nova.edu/ssss/QR/QR2-4/pandit.htm>> Acesso em: 01 dez. 2004.

PARSONS, Talcott. Os componentes dos sistemas sociais. In: *Homem e sociedade*. CARDOSO, F. H.; IANNI, Octavio. 5ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. cap. 1, p. 56-9.

PEROVIC, Jeronim. *Internationalization of Russian Region and the consequences for Russian foreign and security policy*. Working paper n.1, Zurich, 2000. Disponível em <www.e-collection.ethbib.ethz.ch/ecollection/incoll/incoll_1.pdf> Acesso em 24 jan. 2006.

PETROLLI, Valdenizio. *Diário do Grande ABC: A construção de um jornal regional*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Ciências de

Comunicação e de Cultura da Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2000. cap. 3, p. 141-277.

PRIETO, Germán Camilo. Constructing regionalism in South América: the role of ideas in the Andean Community and Mercosur projects. *Colombian Economic Journal*. n. 1, p. 268-303, 2003. Disponível em <<http://fce.unal.edu.co/cej/number1/10-Prieto.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2005.

REETLEY, Anneline. *A literature review on Grounded Theory*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculty of Arts of Rand Afrikaans University, Johannesburg, 2003. Disponível em <<http://www.edt.rau.ac.za/theses/available/etd-09152004-112426/restricted/LITERATUREREVIEWONGROUNDEDTHEORY.pdf>> Acesso em 25 jan. 2006.

SCHULER, Michael. *The New Urbanism and Critical Regionalism: A Grounded Theory Analysis of Regionalist Design*. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade de Washington, Seattle, 2001.

SCHRIJVER, Frans. *Regionalism after regionalisation: regional identities, political space and political mobilisation in Galicia, Brittany and Wales*. Disponível em <http://www.colorado.edu/ibs/aagpreconference/papers/Schrijver_paper.pdf> Acesso em 18 jun. 2005.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: E.P.U., 1974.

SEMINÁRIO RETRATOS METROPOLITANOS: A EXPERIÊNCIA DO GRANDE ABC EM PERSPECTIVA COMPARADA, 2001, São Caetano do Sul, 8 e 9 nov. 2001. *Retratos metropolitanos: a experiência do Grande ABC em perspectiva comparada*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SIMMONS, Odis E. Grounded action: achieving optimal and sustainable change. *The Grounded Theory Review*. v.4, n.1, 2004

STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York: Guilford, 1997.

TOMANEY, John; WARD, Neil. Debates and surveys. *Regional Studies*. v.34, n.5, p.471-78, 2000.

UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. *Glossary of terms - Geography of British Columbia*. Disponível em <<http://www.openet.ola.bc.ca/geog270/glossary.html#R>> Acesso em 03 jul. 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. Regionalismos contemporâneos. In: *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. AFFONSO, Rui de Bitto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). São Paulo: FUNDAP, 1995.

VÄYRINEN, Raimo. Regionalism: old and new. *International Studies Review*. n. 5, p. 25-52, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant; CALDAS, Miguel P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *RAE*: v. 45, n. 4, out. /dez., 2005.

VIKTOROVA, Jevgenia. *Borders, regions and security: on an intersection*. In: Regional dimensions of security in border areas of Northern and Eastern Europe. JOENNIEMI, Pertti; VIKTOROVA, Jevgenia (Ed.) Tartu: Tartu University Press, 2001. p. 15-34.

WALLIS, Allan. *The New Regionalism*. Presentation to the Elected Officials Symposium, Edmonton, University of Alberta, Canada, 2000. Disponível em <http://www.munimall.net/eos/2002/wallis_regionalism.pdf> Acesso em 24 abr. 2005.

WARDHAUGH, Robert. *Toward defining the Prairies: region, culture and history*. Canada: The University of Manitoba Press, 2001.

WEBER, MAX. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

WUNDERLICH, Uwe. *Towards a more comprehensive conceptualisation of regions: the New Regionalism revisited*. Fifth-Pan European International Relations Conference. The Hague: 9 – 11 sep. 2004. Disponível em

<http://www.sgir.org/conference2004/papers/Wunderlich%20-%20Conceptualising%20Regions.pdf>> Acesso em 19 nov. 2004.